

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA
E CULTURA**

Dissertação de Mestrado

ANA LUIZA COPATTI

(H)À MULHER PARA ALÉM DA MÃE

**Porto Alegre
2022**

ANA LUIZA COPATTI

(H)à mulher para além da mãe

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura. Programa de Psicanálise: Clínica e Cultura. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Psicanálise, Teoria e Dispositivos Clínicos.

Orientadora: Profª Drª Milena da Rosa Silva

**Porto Alegre
2022**

Nome: Ana Luiza Copatti

Título: (H)à mulher para além da mãe.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura. Programa de Psicanálise: Clínica e Cultura. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Psicanálise, Teoria e Dispositivos Clínicos.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Milena da Rosa Silva.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr^ª Andrea Gabriela Ferrari
Instituição: UFRGS

Prof. Dr^ª Tagma Marina Schneider Donelli
Instituição: UNISINOS

Prof. Dr^ª Fernanda Canavêz de Magalhães
Instituição: UFRJ

“O mais interessante na vida e no trabalho é o que permite tornar-se algo de diferente do que se era ao início. Se você soubesse ao começar um livro o que iria dizer ao final, você crê que teria coragem de escrevê-lo? Isso que vale para a escrita e para uma relação amorosa vale também para a vida. O jogo vale a pena na medida em que não se sabe onde vai terminar”

(Foucault, 1982/1994).

AGRADECIMENTOS

“É preciso uma aldeia para criar uma criança...”

(Provérbio Africano).

Qual seria o sentido da vida se não pudéssemos compartilhá-la?

Agradeço à aldeia que escreveu de mãos dadas a minha história.

À minha mãe...

Loreni Maria Gerstner Copatti, 58 anos, costureira, mãe de duas filhas.

Minha mãe é costureira. Há aqueles que pensam que ela faz roupas, mas não é somente isso. Ela faz segunda pele. Costurando, minha mãe faz cuidado, linguagem, formas e jeitos de comunicação... Costurando, ela produz lembrança e faz arte. Arte que encanta não só aos olhos, mas que aquece o coração. Através das linhas e agulhas costura o tempo. Tempo marcado e alinhavado. Tempo que, da mesma forma que a costura, produz marca no tecido, na pele. Na “costura da vida” minha mãe produziu marcas em minha história. Marcou o tempo e fez laço para eu pudesse ser sujeito.

Obrigada, minha mãe!

Ao meu pai...

Ivanir Copatti, 63 anos, montador de móveis e diácono, pai de duas filhas.

Um homem de fé. Não somente pelo acreditar em Deus, mas fé no sentido amplo da palavra, pois sempre acreditou e depositou energia e cuidado nas filhas. Sempre priorizou nossa educação e decidiu, juntamente com a minha mãe, que sairíamos da roça para que pudéssemos ter melhor acesso à educação escolar, na cidade. Tinha tudo. Começou do zero e nos fez prioridade. Um dia meu pai me disse: “Eu só queria que aquela casa estivesse de pé”, se referindo à casa a qual viveu quando era criança. Lhe digo, pai: “A casa está de pé e firme, pelas tuas mãos”.

Obrigada, meu pai!

À minha irmã...

Vanize Copatti, 33 anos, policial civil.

Me conhece desde meus primeiros momentos de vida, desde que “me entendo por gente”, ela esteve ao meu lado. Passamos anos dividindo a vida e assim seguimos fazendo. Ela está nas

minhas melhores memórias. Quando fui criança, ela já havia passado pela infância. Quando fui adolescente, ela já havia vivido os embates dessa fase. Quando nos tornamos adultas, decidimos encarar a vida juntas, de mãos dadas. Que bom que quando cheguei no mundo você já estava aqui para me receber e me ensinar sobre a vida.

Obrigada, minha irmã!

À minha avó paterna...

Delvina Maria Capelin Copatti, 84 anos, agricultora, mãe de três filhos.

Avó que sempre foi lar e segurança. Tive a oportunidade de ser criança ao lado dela e de, principalmente, viver uma infância abaixo dos seus olhos. Sinônimo de cuidado, cuidou de muitos de nossa família, sempre preocupada se havíamos nos alimentado, sempre nos protegendo dos perigos e dos temporais causados pela vida.

Mãe de dois homens e uma mulher.

Criou filhos sensíveis, cada um a seu jeito.

Um deles é meu pai.

Obrigada, minha avó!

Ao meu avô paterno...

Selvino Copatti, 84 anos, agricultor, pai de três filhos.

Nos deu o chão. Nos deu espaço para que criássemos raízes. Nos mostrou que o trabalho árduo precisa ser feito para que se possa colher os frutos. Nos ensinou que é plantando e, principalmente, regando e adubando que as plantas têm potencial para crescer. Da mesma forma que cuida da terra e das plantas, cuida da família até hoje.

Pai de dois homens e uma mulher.

Criou filhos sensíveis, cada um a seu jeito.

Um deles é meu pai.

Obrigada, meu avô!

À minha avó materna...

Ortência Basso Gerstner, 84 anos, do lar, mãe de três filhos.

Quando pequena, imaginava a casa dos meus avós maternos como um labirinto, talvez por vê-los menos - morávamos em cidades diferentes -, por não conhecê-los tão bem em função da distância. Quando me mudei para a cidade de Estação, adorava visitá-los. Lembro, com saudade, dos finais de tarde em que ia até a casa dos meus avós, tomar chimarrão. Foram tempos

de construção de uma relação. Minha avó, mulher séria e firme, talvez por tudo que teve que suportar para ser quem é, mas sempre com palavras de apoio. Mal sabe ela a importância que tinha escutar: “A Ana gosta de conversar, não se esquece da nós...”. Não esqueço mesmo e não esquecerei de todas as vezes em que depositaste em mim afeto.

Mãe de duas mulheres e um homem.

Criou filhas fortes, cada uma a seu jeito.

Uma delas é minha mãe.

Obrigada, minha avó!

Ao meu avô materno...

Ativo Adelino Gerstner, 83 anos, marceneiro, pai de três filhos.

Faz arte com madeira, transforma pedaços de madeira em vida. Facilita a vida das pessoas através do seu trabalho. Conserta aquilo que já não funciona tão bem. Remenda, une, cola, recolhe os pedaços e cria algo novo. Quando olho para o meu avô penso: “Sempre há o que fazer, o fim das coisas pode ser um novo começo”. É isso que ele faz com a madeira, é assim que ele nos mostra sobre como encarar a vida.

Pai de duas mulheres e um homem.

Criou filhas fortes, cada uma a seu jeito.

Uma delas é minha mãe.

Obrigada, meu avô!

Àquele com o qual divido a vida há 12 anos...

Fernando Reginato Pergher, 33 anos, contador.

Desejou o mestrado comigo de mãos dadas. Passou por todos os processos ao meu lado. Leu, inúmeras vezes, este escrito. Ao passo que me tirou da escrita para que eu pudesse respirar em alguns momentos. Foi abraço apertado nas horas de angústia e ansiedade.

Esteve comigo todo o tempo.

Esteve comigo todo o tempo.

Obrigada, meu amor!

Além das raízes afetivas, deixo meu agradecimento àqueles que participaram da construção acadêmica desta dissertação.

Agradeço, à minha orientadora, Milena da Rosa Silva, pelos ensinamentos, pelo direcionamento, pela disponibilidade, pela compreensão e pelas trocas que oportunizaram que este escrito se produzisse.

Agradeço, ao NEPIs, grupo de pesquisa que faço parte e que trouxe ricas e pertinentes contribuições ao longo desta jornada acadêmica.

Agradeço aos colegas de mestrado, especialmente à Andressa Grando Hoewell, com a qual compartilhei o tema de dissertação e, para além das trocas acadêmicas, teóricas e técnicas, partilhei momentos de angústia, dúvidas, dificuldades e incertezas, o que tornou a trajetória do mestrado mais leve e possível.

RESUMO

A presente pesquisa de mestrado buscou refletir acerca da temática que envolve as mulheres e as maternidades, considerando que não existe A mulher, nem A maternidade. Partindo dessa ideia, o processo de escrita foi marcado pelo intuito de validar discursos - falados ou escritos - de mulheres que são mães na tentativa de fornecer um espaço onde não reverberem os discursos (mal)ditos naturalizados e cristalizados sobre a mulher e sua vivência - única e singular, não universal. O objetivo que delimitou esta pesquisa foi pensar sobre qual é o espaço possível para a mulher ser sujeito, após tornar-se mãe, considerando os entrecruzamentos entre o feminino e a maternidade, tendo como contexto de análise a vivência de distanciamento social de mulheres que são mães em decorrência da Covid-19. Nesse sentido, mulheres que são mães foram convidadas, através das redes sociais, a partilhar um relato de suas experiências de distanciamento social, partindo da pergunta: *“Como tem sido ser mulher e mãe em tempos de pandemia?”*. A via metodológica que norteou a construção e análise deste trabalho foi a pesquisa psicanalítica. O conteúdo dos relatos demarcou que, na contemporaneidade, assiste-se a uma angústia feminina frente ao instável arranjo social que se coloca como parâmetro do que é ser mulher, tornando difícil a tarefa de entender-se como sujeito. Ademais, a partir das experiências colocadas pelas mulheres, compreendeu-se o quanto a maternidade necessita ser vista como um evento multifacetado, a qual não se restringe ao conceito de instinto materno e que sofre ressonâncias da cultura, do tempo e do período histórico no qual se constrói e se vive. A pandemia, enquanto pano de fundo de análise, escancarou a existência de uma sobrecarga de trabalho insustentável e muitas vezes invisível, o que requer que o exercício de pensar tais temáticas seja constante e contínuo já que, não há, portanto, um saber hegemônico sobre “ser mulher” e “ser mãe”.

Palavras-chave: Mulheres, maternidades, psicanálise, Covid-19.

ABSTRACT

The present master's research sought to reflect on the theme that involves women and maternity, considering that there is neither A woman nor A maternity. Based on this idea, the writing process was marked by the intention of validating discourses - spoken or written - of women who are mothers in an attempt to provide a space where the naturalized and crystallized (ill)spoken discourses about women and their experience do not reverberate - unique and singular, not universal. The objective that outlined this research was to think about what is the possible space for a woman to be a subject, after becoming a mother, considering the intersections between the feminine and motherhood, having as a context of analysis the experience of social distancing of women who are mothers as a result of Covid-19. In this sense, women who are mothers were invited, through social networks, to share an account of their experiences of social distancing, starting from the question: *“What has it been like to be a woman and a mother in times of a pandemic?”*. The methodological path that guided the construction and analysis of this work was psychoanalytic research. The content of the reports highlighted that, in contemporary times, there is a female anguish in the face of the unstable social arrangement that is placed as a parameter of what it is to be a woman, making the task of understanding oneself as a subject difficult. In addition, from the experiences put forward by the women, it was understood how much motherhood needs to be seen as a multifaceted event, which is not restricted to the concept of maternal instinct and that suffers echoes from the culture, time and historical period in which it took place. build and live. The pandemic, as a background for analysis, opened up the existence of an unsustainable and often invisible work overload, which requires that the exercise of thinking about such themes be constant and continuous, since there is, therefore, no hegemonic knowledge about “being a woman” and “being a mother”.

Keywords: Women, maternity, psychoanalysis, Covid-19.

SUMÁRIO

Preâmbulo	12
1. Introdução	13
2. Revisão de Literatura	19
2.1 O lugar da mulher: um caminho sócio-histórico	19
2.2 A maternidade como destino: bases da psicanálise freudiana acerca da mulher e da mãe	20
2.3 Psicanálise da maternidade	22
2.4 Psicanálise e feminismo: diálogos críticos	33
2.5 Maternidade na contemporaneidade	36
3. Objetivo	40
4. Método	41
5. Resultados e discussão	44
5.1 A “dona de casa” é dona de quê?	47
5.2 A pandemia demarcou o retorno da mulher à centralidade do lar?	51
5.3 Todas as mulheres desejam a maternidade?	56
5.4 Como ser mulher e mãe na contemporaneidade?	59
5.4.1 Como nasce uma mãe na pandemia?	59
5.4.2 O que cabe no desejo de uma mulher que é mãe?	62
5.5 Que mulher existe no laço social? A (im)possibilidade de ser sujeito	65
6. Considerações Finais	68
7. Referências Bibliográficas	72
8. Anexos	79
8.1 Anexo A	79
8.2 Anexo B	81

Preâmbulo

Desacomodar é preciso. É uma questão de perspectiva, da forma como se vê. Ou como se lê. Lê a si mesmo, lê o outro. Desencaixar, tirar da caixa. Provocar. Causar estranhamento.

(H)à mulher para além da mãe. Jogar com as letras e as posições por elas ocupadas tem o intuito, neste escrito, de significar a existência da mulher e da mãe.

(H)à, pois acredito que existe uma mulher que deseja para além da maternidade, a qual pode ocupar outros espaços e lugares, gestando ou não. Apesar deste não ser um escrito que busca apontar certezas e instituir ou decretar algo universal sobre ser mulher e ser mãe, arrisco-me a afirmar e considerar a existência da mulher para além da existência da mãe.

(H)à, pois desejo que este escrito não ocupe apenas a posição de texto acadêmico, mas que possa ser lido por mulheres que são mães, profissionais da área ou não. Psicólogas, psicanalistas, engenheiras, enfermeiras, policiais, professoras, contadoras, costureiras, cozinheiras, donas de casa... Mulheres, mães.

"Minha liberdade é escrever. A palavra é
o meu domínio sobre o mundo"
(Clarice Lispector, 1964).

Somos mulheres, somos palavras, somos Clarice...

1. Introdução

“A experiência, e não a verdade, é o que dá sentido à escritura. Digamos, com Foucault, que escrevemos para transformar o que sabemos e não para transmitir o já sabido. Se alguma coisa nos anima a escrever é a possibilidade de que esse ato de escritura, essa experiência em palavras, nos permita liberar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos para ser outra coisa, diferentes do que vimos sendo” (Larrosa, 2015).

É com esse trecho que inicio minha escrita, a qual surgiu na tentativa de conferir sentido a uma experiência nova e desconhecida. Experiência que pode ser compreendida como o encontro e a relação com algo singular que nos conduz a pensar e produzir questionamentos diferentes daqueles que vinham sendo pensados e sentidos. Experiência enquanto processo de (re)construção que coloca em suspensão determinadas certezas e verdades. Experiência de atravessamento de histórias narradas, escritas e construídas produzidas por encontros.

Somos feitos de histórias e “histórias importam” (Adichie, 2019). Escrever sobre mulhereS e sobre maternidadeS é escrever sobre histórias. Histórias que devem ser vistas como contínuas e que não apagam ou anulam a história anterior. Durante sua trajetória, Freud introduziu a escuta clínica voltada ao testemunho de histórias sempre únicas e singulares, atravessadas pela cultura e presentes em seus escritos e análises podendo, a partir dessas, compreender o que reverberava do social na subjetividade humana.

Fazendo uso dessa ideia de que somos constantemente afetados pelo nosso entorno, considero importante traçar e apresentar o fio condutor que me colocou na posição de pesquisadora. Foi no decorrer do percurso da Residência Multiprofissional em Saúde Comunitária que me deparei com as questões voltadas à mulher e à maternidade, até o momento no singular. Apesar de dedicar tempo ao estudo sobre o desenvolvimento infantil - o que inclui o período gestacional - ainda não havia voltado o olhar para esse tema, considerando que não existe A mulher, nem A maternidade, mas as mulhereS e as maternidadeS.

Aqueles que inseriram em sua formação a Residência Multiprofissional em Saúde têm ciência do quanto essa experiência proporciona um deslocamento da formação de núcleo para um campo mais abrangente que é a própria saúde pública, coletiva e comunitária. Esse processo de “tornar-se” profissional de saúde para além de ser profissional de saúde mental nos demanda uma imersão em contextos, realidades e territórios, físicos e mentais, porém muitas vezes tais “contextos, realidades e territórios” ficam embaçados e são escondidos por protocolos, manuais e fichas carregados de dados técnicos e biológicos. Ser profissional da saúde dessa forma dura

e rígida me causava um incômodo parecido com aquele causado por uma pequena pedra que entra em nosso sapato em uma longa caminhada, pois compreendida a necessidade dos registros e sabendo da importância dos mesmos, ainda me perguntava por que não investir naquele que busca atendimento e auxílio para além dos “protocolos de cuidado”.

No processo de formação concernente à Residência Multiprofissional, as vivências de campo são enriquecidas pela troca possível entre os pares e colegas de outras áreas de formação. Essa troca de conhecimento é chamada de transdisciplinaridade e tem como objetivo ultrapassar a tradicional divisão das disciplinas formando um conhecimento plural, sendo diversos os espaços em que essa tecnologia leve¹ pode se estabelecer.

Foi a partir de um atendimento de rotina de pré-natal realizado em forma de interconsulta com uma colega enfermeira que a pergunta que me fiz tantas vezes e em tantos atendimentos ganhou outros delineamentos, ecoando de um jeito novo. Nesse atendimento, pude perguntar à paciente como ela estava sentindo, enquanto mulher, a vivência da gestação. Prontamente sua resposta foi que, apesar de receber um atendimento adequado da equipe médica e de enfermagem, ninguém havia perguntado a ela como estava se sentindo - enquanto mulher - e identificava que as orientações sobre cuidado de sua saúde, as quais recebia durante a consulta, eram sempre pensando no bom desenvolvimento do seu bebê.

Digo que a fala dessa mulher ecoou de forma diferente, pois esse estranhamento em relação ao “cuidado protocolar” sempre partiu de mim, enquanto que, naquele dia, quem endereçou a dúvida foi o “objeto final” do questionamento. O que aquela mulher grávida estava querendo dizer? O que estava reivindicando? Algumas análises e elaborações foram sendo feitas a partir desse encontro que considero ser o motor desta pesquisa. A leitura da cena colocou-me a pensar que a fala em questão apontava para a inexistência de um olhar para a mulher enquanto sujeito que deseja para além da maternidade, exemplificado no trecho a seguir: “O bebê ocupa o corpo da mulher, e esta não pode ser relegada à condição de um organismo que produz um bebê” (Teperman, 2015, p. 11). A reivindicação era de que a atenção à saúde direcionada a ela se ocupasse, também, do cuidado da mulher para além do corpo que gesta. Um olhar não biologizante relacionado à gravidez. Uma sustentação possível a partir da psicanálise. Isso pôs-me a pensar sobre a saúde psíquica das mulheres e sua relação com a

¹ Segundo Merhy (2005), as tecnologias no trabalho em saúde podem ser classificadas como leve, leve-duras e duras. As tecnologias leves, referenciadas no texto, são as tecnologias das relações e referem-se ao acesso, ao acolhimento e ao vínculo.

maternidade, e foi no mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura que encontrei a possibilidade de transformar inquietações em escrita.

Os estudos psicanalíticos, em sua maioria, podem ser vistos como um espelho que corresponde ao momento pelo qual a sociedade passa, refletindo os paradigmas vigentes da época em que são escritos. Dessa forma, as perspectivas atuais acerca das questões que envolvem os modos de ser, viver e desejar da mulher que é mãe, o papel cultural, os ideais femininos e as configurações sociais atribuídas à figura feminina têm sido cenário de discussão e construção de indagações consideradas como constituintes do que é ser mulher e mãe no mundo contemporâneo.

Ao buscar situar a mulher no discurso psicanalítico de Freud, encontramos o seu estatuto dentro da teoria como ocupante de um lugar sempre “indefinido”, um enigma (Freud, 1931/1996) imerso por obscuridades (Freud, 1905/1996). Em 1932, Freud, na tentativa de articular teoricamente o entorno da mulher e da feminilidade, perguntava-se: “O que quer uma mulher?” Tal questionamento foi, por muito tempo, norteador da teoria acerca da temática da mulher, porém, atualmente há uma crítica vigente e válida sobre esse modelo único - o materno - instituído como o ideal.

No decorrer deste escrito será apresentada uma revisão aprofundada dos pressupostos teóricos acerca do estatuto da mulher dentro da teoria e do discurso psicanalítico de Freud, atravessado pela história e pelo discurso social da época em que foram pensados, bem como pontuadas as críticas de psicanalistas feministas direcionadas à visão freudiana, no que diz respeito à maternidade e à identidade feminina e suas repercussões atuais na visão da maternidade. Ademais, no que concerne à revisão de literatura, serão apontadas as premissas que compõem o campo da maternidade na contemporaneidade.

Considero importante situar que foi durante os séculos XVIII e XIX que “a mulher” passou a ser considerada objeto de interesse médico, pois a partir da preocupação com a mortalidade infantil, bem como com a formação - física e moral - das crianças postulou-se a importância da relação entre mãe e filho. Por consequência disso, a mulher passou a ser considerada responsável pelos cuidados com as crianças, o que fez com que a maternagem, o cuidado do lar e o casamento fossem fixados à figura feminina, não possibilitando a ela outras formas de inscrição social (Schiebinger, 1991). Esse discurso maternalista - preocupado com a ética e a moral dos sujeitos sociais - , exaltava o papel materno e doméstico, dando às mães reconhecimento social referente ao exercício de tais funções e carregava uma doutrinação da mulher, obrigando-a a abrir mão de qualquer outra forma de emancipação feminina (Lipovetsky, 2000). Ou seja, isso, que contemplava a identidade feminina da época, reforçava

uma ideia discriminativa sobre as mulheres, pois ao mesmo tempo em que permitia à mulher ocupar um lugar - o de mãe, rainha do lar -, a restringia a ao âmbito doméstico (Rocha-Coutinho, 2003). Ainda, cabe esclarecer que faço uso das aspas em “a mulher” no início deste parágrafo com o intuito de demonstrar a confusão e o atravessamento da maternidade acima da ideia de mulher. Pode-se perceber que “a mulher passou a ser foco”, pois dependia dela o cuidado e o desenvolvimento dos filhos, o que a fez surgir não enquanto mulher, mas enquanto mãe, tão somente pela preocupação em relação às crianças.

Christian Dunker diz que “Clinicar é tomar decisões, logo riscos. Clinicar requer um pensamento e uma escuta implicada, logo desejo. Finalmente, clinicar implica ‘saber fazer’, logo, saber” (Dunker, 2013, p. 13-17). Penso que assim como clinicar, pesquisar também implica em decisões, riscos, desejo e construção de saber. Ou seja, no ato de pesquisar, o que há é um desejo, marcado por um não-saber que provoca angústia. Uma lacuna, um vazio daqueles que provoca movimento, uma busca: um desejo. E assim, considerando a pesquisa em psicanálise, parto da ideia de que o pesquisador está implicado, pois parte dele a demanda, a questão central.

No início desta introdução, trouxe o quanto nós, pesquisadores em psicanálise, somos afetados pelo social e como esses atravessamentos se colocam enquanto questões. Por isso, cabe situar que muitas vezes a realidade se impõe e não há a possibilidade de negá-la. Fazendo um breve resumo, praticamente por todo o ano de 2020, nos foi imposta uma nova realidade devido à pandemia da Covid-19, uma doença nova - com prevenção e tratamento ainda desconhecidos - que possuía altas taxas de transmissibilidade o que exigia o cumprimento de uma política de isolamento social (National Health Commission of the RPC, 2020). Diante disso, passei a questionar como seria possível e qual o espaço na saúde pública - tão “soterrada” pela pandemia - para pensar sobre mulheres e maternidades. E ainda, como bancar o desejo considerando a situação social do momento?

Na pesquisa em psicanálise, a própria teoria psicanalítica ocupa um lugar de alteridade. Porém, existem diversas outras figuras que compõem e ocupam esse lugar e se constituem como aspectos que influenciam todo o processo de pesquisa e de escrita, como o orientador, o grupo de pesquisa, bem como os nossos pares e colegas de percurso do mestrado (Caon, 2000).

Na tentativa de conferir sentido a esse momento singular marcado por uma pandemia, pelo confinamento e na possibilidade de ouvir o que mulheres que são mães têm a dizer, surgiu o projeto “Maternidades: narrativas de mulheres que são mães em tempos de pandemia e isolamento social” coordenado pelas professoras Milena da Rosa Silva e Andrea Gabriela Ferrari, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do qual eu participei da construção e

realização. Legitimar e nomear narrativas, reconhecendo e fomentando a potência da escuta nesse contexto imprevisível abriu um leque de perspectivas a respeito do pensar sobre mulheres e maternidades.

Partindo desse leque de perspectivas que se apresentou, percebi que pesquisar sobre a saúde de mulheres que são mães é sempre uma questão de saúde pública. Quase como em um paradoxo onde não se reconhece se esse é final ou o ponto de partida dessa travessia, esse escrito irá problematizar as temáticas acerca das mulheres e das maternidades, considerando que tais tramas são inesgotáveis no viver de cada mulher que se torna mãe, pois partem de suas trajetórias, seus enredos, seus desejos e afetos.

“Como tem sido ser mulher e mãe em tempos de pandemia?” Essa foi a pergunta veiculada nas redes sociais pelo projeto citado anteriormente. A escolha pelos termos “mulher e mãe” busca evidenciar que “ser mulher” e “ser mãe” não estão colados. A maternidade é parte de um processo de ser mulher, ou seja, faz parte da construção da identidade de algumas mulheres, porém não é possível designar que a maternidade seja a história de todas as mulheres, tendo em vista que nem toda mulher deseja e se constrói subjetivamente como mãe. Iaconelli (2019) refere que, para muitas mulheres, os filhos não são o único objetivo, já que elas se interessam também por ter um trabalho que as reconheça, ter seu próprio dinheiro, por exemplo. A autora refere que as mulheres na atualidade têm projetos pessoais antes impensáveis. Os termos “mulher e mãe” sugerem, ainda, que algumas características podem dizer da experiência de ser mulher e outras da de ser mãe. Dessa forma, admitir que o que há são percursos de mulheres em meio à tessitura da maternidade é, também, estar atento às modificações da cultura e da sociedade acerca da feminilidade.

Em tempo, cabe colocar que mulheres não nascem mães, mas tornam-se. A maternidade é uma construção psíquica atravessada por fatores que podem facilitar ou dificultar o nascimento psíquico de uma mãe, os quais se referem tanto à história pessoal de cada mulher, quanto ao contexto social e cultural no qual ela está inserida. Dessa forma, o modo como mulheres vivenciam suas maternidades e mesmo os conflitos que possam advir mudam de acordo com as experiências vivenciadas por cada uma.

Diante disso e frente à necessidade de discussões sobre os desdobramentos da contínua reinvenção das mulheres, esta pesquisa de mestrado tem como objetivo problematizar a questão da invisibilidade das mulheres que são mães, evidenciando que (h)á uma mulher para além da mãe. Nesse entrecruzamento da existência da mulher e da mãe há uma multiplicidade de enigmas que ecoam e nos convocam a pensar, escrever, construir, reconstruir ou desconstruir ideias, teorias e hipóteses.

Para explicitar o que há por trás da invisibilidade da mulher é primordial considerar que depois do nascimento de um filho pode acontecer certo apagamento da subjetividade de “ser mulher” pelo tamponamento pelo “ser mãe”. Como se após o nascimento do filho, essa mulher só pudesse ser a mãe e desejar nesse sentido e não para além do filho, não somente por ela deixar de ser a “protagonista” dos olhares, cuidado e atenção, mas porque ser mulher não é uma equação equivalente a ser mãe. Considerando essa hipótese de ofuscamento do “ser mulher” pelo “ser mãe” e pensando que a mulher que habita a mãe pode vir a contrariar as expectativas do social e da cultura não se apresentando de forma imaculada, mas como uma mulher que deseja para além do filho, abordarei a temática da invisibilidade da mulher que se torna mãe: o lugar da mulher, partindo de um caminho sócio-histórico; os pressupostos teóricos do estatuto da mulher dentro da teoria e do discurso psicanalítico de Freud; a ideia de maternidade partindo de autores(as) psicanalistas; as críticas de psicanalistas feministas direcionadas à visão freudiana e seus pontos de vista sobre o tema da maternidade e; a condição da maternidade na contemporaneidade. Isso, com o intuito de discutir a hierarquia de gênero, os ideais da cultura e os discursos sociais acerca da mulher e da mãe.

Posteriormente, apresentarei a via metodológica que guiou a construção deste escrito: a pesquisa em psicanálise. A transferência, a escuta e o desejo constituem-se como bases de sustentação desse estilo de pesquisa, justificados pela presença de um pesquisador implicado em sua investigação. A partir disso, apresento a leitura de uma cena vivida e experienciada por mim, a qual foi o motor desta pesquisa e mobilizou as primeiras questões ensaísticas sobre a temática da maternidade e seus desdobramentos sobre o ser mulher-sujeito e o ser mulher-mãe. Juntamente, trago como se deu o encontro entre essa cena e construção do projeto “Maternidades: Narrativas de mulheres que são mães em tempos de pandemia e isolamento social”, o qual dá corpo a este escrito. Os relatos de mulheres que são mães vivendo em meio à pandemia de Covid-19 foram coletados e analisados com base na estratégia clínico-interpretativa proposta por Dockhorn e Macedo (2015).

Escrevo, portanto, não para encontrar certezas ou saberes absolutos, mas sobretudo em prol da saúde psíquica de mulheres que são mães. A experiência de ser pesquisador é ir em busca de um saber que carrega um desejo, implícito ou explícito, mas que nesse caso, vai ao encontro de validar e testemunhar discursos - falados ou escritos - de mulheres que são mães na tentativa de fornecer um espaço onde não reverberem os discursos (mal)ditos naturalizados e cristalizados sobre a mulher e sua vivência - única e singular, não universal.

2. Revisão de Literatura

2.1 O lugar da mulher: um caminho sócio-histórico

Os papéis cultural e social atribuídos à figura feminina e a história do lugar da mulher na sociedade, ao longo dos tempos, se entrecruzam com concepções construídas acerca da maternidade como função predestinada (Badinter, 1985; Chodorow, 1990; Lipovetsky, 2000). Atualmente, a mulher tenta se desvincular desses papéis, dirigindo-se a outras formas de desejar na luta pelo direito de novas escolhas e novas possibilidades.

Cada período histórico é marcado por transformações sociais e culturais vigentes naquele momento. Isto significa dizer que a formação cultural e o ideário sustentado em determinada época se atravessam e regulamentam quem ocupará certos papéis sociais. Porém, apesar das transformações sofridas pela humanidade, as construções acerca do que é ser mulher e ser mãe, bem como os papéis que podem ser ocupados por ela estão enraizados em um ideário sustentado pelo imaginário social de épocas passadas.

Assim sendo, proponho que façamos um breve percurso histórico no intuito de conhecermos e situarmos a mulher e a mãe. Na Antiguidade, a família era tida como uma unidade produtiva da sociedade, sendo a criação dos filhos e a realização de outras atividades, tarefas que coexistiam, “não sendo a maternidade, portanto, algo central na vida das mulheres”. A divisão dos trabalhos - domésticos e de produção -, envolvia todos os membros da família nas antigas sociedades rurais, por exemplo (Arteiro, 2017).

Neste tempo, também não havia um conceito estabelecido sobre a infância como há atualmente e as crianças eram vistas como pequenos adultos. Os meninos costumavam acompanhar os homens em suas empreitadas de caça e plantio, já as meninas ficavam sob a responsabilidade das mulheres, as quais lhes transmitiam as responsabilidades domésticas. Ainda, as famílias eram compostas por um grande número de pessoas que auxiliavam nas tarefas de ensinar e educar as crianças (Badinter, 1985).

Com a ascensão da industrialização e do capitalismo tornou-se necessária a migração da população para os grandes centros urbanos. Isso fez com que a produção, que antes ocorria nos espaços domésticos, fosse transferida para os espaços industriais. Situação que impactou em grandes mudanças e transformações na vida familiar e das mulheres, já que as relações de trabalho passaram a ser organizadas a partir do mercado, das classes e das categorias profissionais (Chodorow, 1990). Com a saída da produção do âmbito doméstico, os homens

passaram a sair para trabalhar e as responsabilidades para com os filhos recaíram sobre a figura feminina, como limitadoras do seu ofício.

Cabe destacar que essa nova organização ocorria de forma diferente entre as classes e camadas sociais: as mulheres da nobreza eram encarregadas por manter a linhagem até que alcançassem o número de herdeiros estabelecido, a partir disso e para a satisfação sexual dos homens, surgiram a concubina e a prostituta. O “padrão” instituído pela época era de que às mulheres nobres cabia apenas a função reprodutiva, isto é, não era possível que elas desejassem para além disso (Badinter, 1985). Esse ideal serviu de base para a prescrição do discurso médico, o qual estabelecia que as mulheres-mães tinham o dever de aleitar, nutrir e cuidar os recém-nascidos. Discurso que introduziu a noção de instinto e amor materno como algo natural e espontâneo.

Pôde-se perceber que diferentes arranjos foram produzidos ao longo da história na relação entre as mulheres e a maternidade, tendo em vista que boa parte do tempo o destino das mulheres esteve atrelado à procriação, aos cuidados e à educação dos filhos. Atualmente, a diferença que se pode identificar é a forma e a possibilidade que tais mulheres possuem de verbalizar e compartilhar as representações impugnadas a elas, na tentativa de desconstruí-las, pessoal ou culturalmente (Shulte, 2016).

2.2 A maternidade como destino: bases da psicanálise freudiana acerca da mulher e da mãe

A psicanálise fomentou, ao longo dos anos, um acentuado debate sobre o feminino. Tal teoria nasce a partir da escuta de mulheres, e do reconhecimento de que as vozes das históricas mereciam ser ouvidas. Ao mesmo tempo, Freud admitia seu próprio limite para compreensão das mulheres. De acordo com o autor (1932/1996), a maternidade surgia como um dos destinos da mulher, sendo que para muitas, o *tornar-se mãe* seria equivalente ao *tornar-se mulher*. Dessa forma, tornar-se mãe se constituiria como uma saída para tamponar o vazio e a incompletude da figura feminina.

Revisando a literatura psicanalítica a partir de Freud, encontramos que o percurso de ideias construído acerca da mulher foi pensado em comparação ao homem, desde os seus ensaios sobre a sexualidade. Em muitos textos, Freud marcou a mulher por um *a menos* em sua feminilidade, sendo que em 1926, o autor sinalizou que a reconhecia como um continente negro/obscuro de sua invenção.

As diferenças entre masculino e feminino foram particularmente trabalhadas por Freud em suas teorizações sobre o Complexo de Édipo (1924/1996). Este, pode ser designado como sendo um conjunto de sentimentos amorosos e hostis, os quais a criança experimenta em relação aos pais (Ferrari, Piccinini e Lopes, 2013). Por muito tempo, Freud entendeu como semelhante o desenvolvimento sexual nos meninos e nas meninas, supondo um paralelismo entre eles. Contudo, com o avançar de sua teoria, tal suposição foi abandonada e algumas diferenças foram assinaladas (Freud, 1925/1996), entre elas estão aspectos do percurso do Complexo de Édipo nas meninas. Freud descreve que a mãe seria o objeto de amor original tanto no menino quanto na menina, sendo que no menino esse objeto se mantém durante todo o Complexo de Édipo e na menina ocorre uma troca de objeto, da mãe para o pai (Freud, 1931/1996).

Considerado o Complexo de Castração um fator fundamental para a estruturação do Complexo de Édipo, Freud coloca-o como sendo determinante na experiência diferencial entre os sexos e na sua resolução (Freud, 1925/1996). Até o Complexo de Castração, meninas e meninos acreditam ser portadores de um pênis, porém ao constatarem que existem diferenças anatômicas entre si, reagem de forma diferente: O menino, tendo a figura paterna como concorrente ao amor da mãe, percebe que não é mais possível mantê-la como primeiro objeto de amor, pairando sobre ele a ameaça da castração, a qual constrói o pivô de dissolução do Complexo de Édipo. Já em relação à menina, Freud diz: "nesse ponto nosso material, por alguma razão incompreensível, torna-se muito obscuro e cheio de lacunas" (1923/1996). Partindo da anatomia como destino, Freud teoriza o clitóris feminino como sendo um pequeno pênis e o compara com o órgão dos meninos, concluindo que a menina é injustiçada, sendo que dessa injustiça surgiria o fundamento da suposta condição de inferioridade feminina. Assim, não possuindo, a menina, um forte motivo para a dissolução do seu Complexo de Édipo, pois já está castrada, permanece nele por tempo indeterminado e o destrói tardiamente e de forma incompleta.

Em 1923, Freud afirmou que a menina, ao aceitar sua castração como algo real, faria uma equivalência simbólica - ter um pênis seria o equivalente a ter um filho - e se voltaria para o pai, possuidor do pênis, tomando-o como objeto e dirigindo sua hostilidade à mãe. Aqui, a resolução do Complexo de Édipo seria alcançada e a menina se transformaria em uma pequena mulher (Freud, 1925/1996). Apesar de abandonar o Complexo de Édipo, por não ter seu desejo realizado - ganhar um bebê do pai - esse desejo se manteria em seu inconsciente, juntamente com o desejo de ter um pênis, o que equivaleria ao desejo de ter um filho (pênis-falo-filho). Tais desejos foram apontados por Freud como premissas no preparo da mulher ao assumir sua função social, a maternidade (Freud, 1924/1996).

Em “Novas Conferências - Feminilidade”, Freud (1932), considerou que seriam três os destinos para a vida de uma mulher em confronto com a própria castração: a frigidez, a virilidade e a maternidade. Neste texto, o autor pontua, porém, que a única possibilidade de tornar-se uma mulher de verdade seria pela via da maternidade, sendo que o filho ocuparia o lugar do falo, seu objeto desejado. Tendo como referência tais ideias, Freud acreditava que seria possível encontrar explicações científicas que ligariam o psiquismo da mulher a fatores como a repressão feminina e sua submissão social, bem como para o seu sentimento de menos valia e apagamento social.

Sobre as contribuições do autor, Kehl (1998) coloca que a questão não é negar a importância da maternidade, mas não mais tê-la como única solução possível para o destino feminino já que, de fato, maternar confere um importante lugar a muitas mulheres, porém colocá-lo como via exclusiva limita as tantas outras possibilidades de vir a ser da mulher.

Ao encontro do exposto no parágrafo anterior, Badinter (2011) traz a ideia de que se algumas mulheres encontram, na maternidade, a felicidade e uma identificação insubstituível, um destino desejado e a realização pessoal, por outro lado, existem aquelas cujo desejo está para além dos cuidados maternos e que almejam mais independência e possibilidades de se reafirmarem profissionalmente.

“A maternidade e as virtudes que ela pressupõe não são evidentes. Nem atualmente, nem no passado, quando ela era um destino obrigatório. Optar por ser mãe não garante, como inicialmente se acreditou, uma melhor maternidade” (Badinter, 2011, p. 24).

2.3 Psicanálise da maternidade

Quando nos perguntamos o que a psicanálise tem a dizer sobre a maternidade, alguns autores e seus respectivos conceitos são considerados clássicos. E, se tratando de clássicos cabe assinalar que, apesar de sua importância nas discussões, estes escritos são produto do tempo e da época no qual foram pensados, ou seja, correspondem a determinadas situações sociais e culturais. A partir disso, proponho uma retomada de conceitos e tópicos de autores que são considerados referência no estudo da temática da psicanálise da maternidade e que possam fazer laço com as questões discutidas ao longo da dissertação, as quais envolvem ser mulher e mãe e suas ressonâncias.

Um dos principais precursores do estudo da relação mãe-bebê foi o pediatra e psicanalista Donald Woods Winnicott². Para conceituar sobre essa relação o autor se debruçou no estudo dos cuidados do início da vida, pois para ele as bases da saúde mental de qualquer indivíduo são moldadas na primeira infância a partir da construção da relação entre a dupla mãe e bebê. Dentre os seus conceitos essenciais estão a dependência absoluta, mãe suficientemente boa e, principalmente, o termo *cunhado* como preocupação materna primária.

O autor, considerando o período gestacional, coloca que nove meses é tempo suficiente para a mulher transformar o egoísmo que tem foco em si mesma e transferi-lo para o seu bebê. Esse período é útil tanto para a futura mãe quanto para o seu entorno familiar, já que, da mesma forma que cada bebê é único, cada gestação também é. É a partir desse ponto de vista que o contexto e o momento de vida da mãe torna-se palco e base da construção da futura relação com o bebê, sendo considerado, portanto, um ponto primordial (Winnicott 1987/1994).

No início da gestação as mudanças que ocorrem na mulher são, basicamente, fisiológicas, porém são essas mudanças que proporcionam arranjos para as futuras mudanças psicológicas na vida da gestante, como refere o autor:

“Sem dúvida as mudanças fisiológicas sensibilizam a mulher para as mudanças psicológicas mais sutis que se seguem. [...] a mulher começa a mudar sua orientação e a se preocupar com as mudanças que estão ocorrendo dentro dela. De várias formas ela é encorajada por seu próprio corpo a ficar interessada em si própria. A mãe transfere algo de seu interesse em si própria para o bebê que está crescendo dentro dela. O importante é que vem a existir um estado de coisas que merece ser descrito, [...]” (Winnicott 1960/1983, p.52)

Após parto e nascimento e conforme a mãe vai se mostrando devota ao seu bebê e interessando-se por ele, certa capacidade de identificação das necessidades do mesmo vai se desenvolvendo, permitindo que a mãe consiga reconhecer como o seu bebê está se sentindo. É a partir dessa ideia que o autor considera que a mãe biológica seja a pessoa mais indicada para estabelecer uma conexão sensível, já que essa capacidade se dá de forma natural, afirmando ainda, que por mais que os profissionais que prestem assistência à mãe possam conhecer sobre saúde e doença, estão distantes de saber como o bebê se sente (Winnicott, 1956/2000).

Esse estado psicológico desenvolvido pela mãe em relação ao seu bebê foi nomeado por Winnicott como *preocupação materna primária*. Estado no qual a mãe se comunica de forma

² Nasceu na Grã-Bretanha, em 1896. Pediatra e psicanalista. Sua extensa obra foi dedicada à construção da teoria do amadurecimento pessoal, estudou que se baseou no bebê e sua mãe como uma “unidade psíquica” e não como dois seres puramente distintos.

intensa com seu bebê, proporcionando a ele cuidados adequados e compatíveis, considerando sua imaturidade emocional. Haveria, nesse período, um aumento da sensibilidade materna a qual se estenderia até algumas semanas após o parto e tenderia a ser reprimida *a posteriori*. Em função dessa sensibilidade aumentada, a mãe necessitaria de maior amparo, já que para experimentar essa unidade mãe-bebê, a mulher disporia de um envolvimento total, colocando-se em suspensão e transferindo a centralidade dos cuidados às demandas do bebê.

Ainda sobre a preocupação materna primária, o autor cita que esse estado de retraimento ou de dissociação pode ser comparado a uma fuga ou a um episódio esquizóide, no qual determinado aspecto da personalidade toma o poder temporariamente (Winnicott, 1956/2000). Ao fazer uma comparação, subentende-se que há certo aspecto regressivo³ durante a gestação, o qual coloca a mãe em fragilidade psíquica e que só permite que ela “entre e saia” desse estado de preocupação materna primária caso haja certa condição de saúde estabelecida. Considerando que na preocupação materna primária a mãe é o bebê tanto quanto é ela própria, certo desamparo e risco à sua integridade psíquica podem fazer com que a mulher fique “aterrorizada com isto, e uma forma de ajudá-la é dizer-lhe que esta condição não vai demorar mais que algumas semanas ou meses e que ela vai se recuperar”(Winnicott, 1987/1994).

Ao encontro das ideias de Winnicott e inspirada pelo trabalho dele, Monique Bydlowski, psiquiatra e psicanalista francesa e autora do livro “*La Dette de Vie: itinéraire psychanalytique de la maternité*” (1997) dedicou-se ao estudo das transformações psíquicas características da maternidade, elaborando o conceito de transparência psíquica. É a partir do conceito de preocupação materna primária e pela existência dessa particularidade experimentada por mães saudáveis que, caso não houvesse um bebê em jogo, poderia ser considerado um estado psicopatológico, que as ideias de Winnicott e Bydlowski⁴ se encontram.

³ Como o conceito da regressão aparece em diversas obras quando falamos em psicanálise da maternidade, acredito que seja necessário trazer uma breve retomada do significado de regressão para Freud. Ao percorrer a obra de Freud, no que concerne ao conceito de regressão, entende-se que este passou por um longo processo de construção. A primeira formulação mais consistente do conceito de regressão deu-se em “A interpretação dos Sonhos” (1900) em uma nota de rodapé. Nesta primeira publicação, o conceito se apresentou como sendo uma espécie de mecanismo de defesa em que Freud explica a natureza alucinatoria dos sonhos com a finalidade de demonstrar uma característica essencial do sonho. Em seus estudos posteriores, Freud reelaborou o conceito na clínica e o apresentava ora como resistência à transferência, ora como mecanismo de defesa, associando-o também a pontos de fixação. O conceito de regressão surgia como um fenômeno impeditivo, inadequado e até mesmo patológico, sendo responsável por desvios de comportamento. Importante observar que Winnicott não utiliza o conceito de regressão dessa forma, mas sim como um retorno a uma forma de funcionamento mais primitiva/inicial (referindo-se ao início da vida).

⁴ Psiquiatra e psicanalista, foi uma das primeiras autoras francesas a estudar a experiência psicológica da gravidez. A partir de sua experiência clínica e seu trabalho com gestantes refere que as temáticas trazidas pelas gestantes são reminiscências antigas.

As bases para a ideia de transparência psíquica encontram-se em dois aspectos da expressão materna: o silêncio em relação ao bebê esperado e o despontar de conteúdos provenientes do inconsciente relacionados ao passado materno. Assim, a compreensão acerca do conceito de transparência psíquica se dá a partir do entendimento de que o processo gestacional produz na vida da mulher grávida um *terreno psíquico* no qual o inconsciente não mais garante o total sigilo sobre seus conteúdos, já que se encontra vulnerável e suscetível à saída facilitada daquilo que o compõe. Ou seja, é um estado particular do psiquismo onde fragmentos do interior do inconsciente se orientam rumo à consciência sem total barreira.

Assim, podemos compreender que esse período de *crise psíquica* que ocorre durante a gestação, essa sensibilidade exacerbada voltada à identificação das necessidades do bebê, marcados pela atração da mãe em relação aos seus processos internos são confluentes entre Winnicott e Bydlowski para que a mulher passe a ocupar seu lugar materno. É desse estado de preocupação materna primária que emerge a mãe suficientemente boa (Winnicott, 1956/2000), a qual permitirá ao bebê iniciar seu processo de desenvolvimento.

É o começo de uma comunicação entre duas pessoas; isto (no bebê) é uma conquista desenvolvimental, uma conquista que depende dos seus processos herdados que conduzem para o crescimento emocional e, de modo semelhante, depende da mãe e de sua atitude e capacidade de tornar real aquilo que o bebê está pronto para alcançar, descobrir, criar (Winnicott, 1989/1994, p. 198).

Ao pensarmos sobre o despontar da mãe suficientemente boa, estado em que a mãe se coloca a serviço da relação com o seu bebê para que ele possa vir-a-ser, proporcionando a ele um ambiente adequado, satisfatório e possível para que ele se torne um sujeito, compreendemos, através da teoria winnicottiana, que todo esse cuidado e olhar recebido pela mãe proporciona uma “continuidade do ser” (Winnicott, 1988/1990, p. 26). Essa condição de ser uma *mãe suficientemente boa* se inicia durante a gestação, em um constante processo de *tornar-se* e se estende após o nascimento do bebê, através da contínua construção de registros no qual o bebê é respeitado e não invadido, ou seja, sustentado a partir da visão de mundo do próprio bebê.

Após o nascimento, a dupla mãe-bebê sofre uma variação em seus estados até que possam se adaptar um ao outro sendo, possivelmente, esta a primeira tarefa da mãe: conhecer o seu bebê e, “para isso ela usa suas próprias experiências como bebê” (Winnicott, 1981/1993, p.81). Para Winnicott, o ego do recém-nascido é, no início, ao mesmo tempo, fraco e forte - fraco pela sua imaturidade e forte em função da parceria e sustentação do ego materno. Porém,

essa experiência de estabelecimento do ego só é possível quando a mãe encontra-se devotada ao seu bebê e em um constante “continuar a ser” (Winnicott, 1956/2000, p. 403) para que, ao longo do desenvolvimento, as experiências que inicialmente eram necessidades corporais, se transformem em necessidades do ego, dando origem à psique (Winnicott, 1956/2000).

No entanto, Winnicott faz uma advertência na qual coloca que a dedicação materna só é possível quando o ambiente em torno da mãe e do bebê permite, liberando a mulher de outras preocupações, além do seu bebê (Winnicott, 1965/2000). O autor afirma, ainda, que os cuidados emocionais oferecidos pela mãe podem ser estendidos ao pai, aos padrinhos, ao restante da família e até a amigos próximos conforme a criança cresce, ampliando o círculo de cuidado (Winnicott, 1965/2005).

Nessa retomada acerca dos pensamentos de Winnicott sobre a maternidade, podemos, também, apreender que o autor teve como foco de estudo o desenvolvimento do bebê, apesar de colocar a mãe como elemento imprescindível nesse processo. Para o autor, o desenvolvimento ocorrerá de forma adequada caso haja a presença de um outro que venha a olhar e cuidar desse bebê. Esse outro cumpre, portanto, a função de transformar o bebê em humano. Humano esse que advém, primordialmente, da interação entre mãe e bebê. Ou seja, para o autor e como já citado anteriormente, a mãe é vista como a figura ideal para o cumprimento dessa função. A base dessa ideia advém do fato da própria mãe já ter sido um bebê e, a partir disso, possuir certa capacidade de devoção e identificação para com o seu bebê (Winnicott, 1981/1993). Porém, é fato incontestável que todos fomos bebês um dia e, portanto, seríamos capazes de nos identificarmos com nossos bebês (Iaconelli, 2015).

Pensando acerca dos conceitos apresentados na teoria winnicottiana e suas intersecções com outros autores da psicanálise, podemos considerar que muito do que se pensou (e ainda se pensa) acerca da maternidade parte da relação que a futura mãe teve com sua própria mãe e seu entorno, da importância do ambiente e da necessidade da mulher de se colocar em suspensão para compreender as necessidades do seu bebê nesse processo de vir-a-ser mãe. Atualmente, entende-se que esse é um processo contínuo e complexo marcado pela coexistência de representações da mulher enquanto sujeito-mulher, sujeito-mãe, entre outros papéis ocupados por ela.

Dialogando com as ideias de Winnicott, principalmente a respeito dessa nova organização psíquica que ocorre durante a gestação e se mantém após o nascimento do bebê, Daniel Stern⁵ traz o conceito por ele denominado de *constelação da maternidade* (1997). O

⁵ Nasceu em 1934, em Nova York. Foi um proeminente psiquiatra e teórico psicanalítico especializado em desenvolvimento infantil.

autor propõe que essa constelação, que ocuparia a vida psíquica da mulher no processo de transição para a maternidade, seria composta por quatro temas que se relacionam entre si, explicitando em cada tema uma tarefa. O primeiro diz respeito à *vida-crescimento* e a tarefa é a capacidade da mãe em manter seu bebê vivo, possibilitando que ele cresça e se desenvolva. O segundo tema é o *relacionar-se primário*, o qual se refere à capacidade da mãe envolver-se de forma sócio-emocional com o bebê. Já o terceiro tema é o da *matriz de apoio*, o qual engloba a necessidade da mãe em criar uma rede de apoio que a auxilie na realização das duas primeiras tarefas, citadas acima. O último e quarto tema é da *reorganização da identidade*, aqui a tarefa da mãe envolve a capacidade de transformar sua auto-identidade para que seja possível que ela realize suas funções, agora na posição de mãe.

Dessa forma, compreende-se, a partir dos quatro temas e suas funções, que a constelação da maternidade traz para a vida da mulher um novo eixo organizador, o qual pode durar meses e até mesmo anos. Essa organização é considerada por Stern temporária e completamente normal, sendo sua “função” determinar uma nova série de tendências de ação, fantasias, medos, desejos e sensibilidades na vida da mulher-mãe. Da mesma forma que Winnicott, Stern considera que a relação da nova mãe com a experiência de ter sido cuidada por sua própria mãe terá influência sobre seu comportamento para com o seu bebê (Stern, 1997).

Seguindo pelo terreno de autores que se interessavam pelo desenvolvimento infantil situando o lugar da mãe e sua função, encontramos também Myriam Szejer - pedopsiquiatra e psicanalista - e Richard Stewart - ginecologista e obstetra. Considero importante situar as contribuições destes autores em um livro específico, a saber “*Nove meses na vida da mulher: uma abordagem psicanalítica da gravidez e do nascimento*” (1997). No primeiro contato com o título do livro, bem como com as primeiras páginas, imagina-se e espera-se que o conteúdo seja voltado às vivências da mulher acerca da gravidez e do nascimento do bebê. Apesar de explícitas colocações como “Não há gravidez sem história” (p.37), na qual subentende-se que o foco dado se voltaria às experiências da mulher antes de tornar-se mãe e aos impactos na vida psíquica desta mulher que se encontra grávida, é possível compreender que na base do conteúdo apresentado situa-se uma preocupação, quase que exclusiva, para com o desenvolvimento do bebê.

A história dos sujeitos envolvidos na gestação e o lugar de cada membro familiar desde a pré-história da criança e da gravidez até o período pós-parto é fundamental, segundo os autores, para um entendimento mais profundo do significado da chegada do bebê na família. Nesse sentido, surge o conceito de desejo atrelado ao conceito de tempo, no qual sustenta-se a ideia de que “o homem e a mulher funcionam de forma diferente, tanto em relação ao psiquismo

como fisiologicamente” (Szejer & Stewart, 1997, p. 57), já que “desejar um filho” traz impasses diferentes na vida de um homem e de uma mulher, principalmente quando a noção de tempo se impõe e é marcada através do limite de idade, por exemplo.

Levando em consideração esse cenário, somado aos parâmetros culturais e sociais da época, os autores afirmam que cada gravidez tem o seu próprio significado, pois irá surgir em um determinado momento de vida do casal, evocando aos futuros pais suas próprias histórias, sendo “um eco muitas vezes inconsciente” (Szejer & Stewart, 1997, p. 67) que marca o encontro de desejos conscientes e inconscientes do futuro pai e da futura mãe e que possui ressonâncias no plano individual de cada um.

Trazendo à cena pontos principais sobre cada trimestre gestacional, é perceptível que os aspectos analisados pelos autores nos remetem a pensar sobre as consequências de situações específicas ocorridas durante a gestação sobre o feto ou bebê. O primeiro trimestre, por exemplo, é o “teatro dos mal-estares” (Szejer & Stewart, 1997, p. 124) marcado, principalmente, pelas manifestações físicas e alterações hormonais. Em relação aos desconfortos físicos voltados à alimentação e ao sono da mulher nessa fase, os autores propõem uma ligação destes com conflitos maternos.

“A partir do momento em que se admite que os sintomas podem expressar coisas do inconsciente, como conflitos não-resolvidos, eventos não-ditos, etc., podem-se compreender as náuseas (e outros sintomas) não somente como o efeito de hormônios, mas também, e ao mesmo tempo, como uma forma de palavra que busca se dizer e que encontra esse meio para se expressar” (Szejer & Stewart, 1997, p.127).

Acerca dos aspectos psíquicos desse período, “a mulher se vê remetida à sua própria origem e tomada por uma espécie de repetição de sua própria história” (Szejer & Stewart, 1997, p. 131), sendo essa repetição alimentada pela relação com a sua mãe e as lembranças de sua infância. Ainda, segundo os autores, nesse momento, a culpa já faz parte da vida da mulher grávida, fomentada através do discurso social e da cultura.

O segundo trimestre é visto, de fora, como um período de maior calma, já que os sintomas iniciais tendem a desaparecer ou são atenuados. Porém, “crises de ansiedade e pesadelos tomam o lugar das náuseas e de outros sintomas, como se o mal-estar, que inicialmente era expresso no corpo, passasse, agora, para a cabeça” (Szejer & Stewart, 1997, p. 148). Sem sintomas físicos evidentes, o entorno social da mulher se recusa a rejeitar a ideia de felicidade e completude da grávida obrigando-a a esconder ou camuflar seus sentimentos.

“Se existe uma opinião geral de que esse segundo trimestre é o melhor período da gravidez, também há esses episódios de ansiedade que são difíceis de viver. Ainda mais que a mulher, em geral, não encontra pessoa alguma por perto que a compreenda e admita que nem tudo é cor-de-rosa para ela” (Szejer & Stewart, 1997, p. 153-154).

A partir do terceiro trimestre, “a viabilidade da criança determina uma evolução psicológica na mulher grávida” (p. 183). Se o presente não se faz questão, seus pensamentos encontram-se voltados ao depois: como será o parto, como será o bebê, como será o nascimento. Isso, acompanhado de alguns medos: medo de não saber, da dor do parto, de que o bebê não esteja bem, medo da separação, de não ser capaz de defrontar-se com esse obstáculo que é o parto, já que, para além das questões físicas que envolvem o parto em si, o nascimento de um bebê é muito mais do que isso, pois significa o acesso ao status de sujeito (Szejer & Stewart, 1997, p. 182).

Analisando os principais pontos de discussão trazidos sobre cada período gestacional como os mal-estares, as náuseas, os desejos, os distúrbios de sono e os abortos espontâneos do primeiro trimestre, bem como as crises de ansiedade, os pesadelos, os impactos da ecografia morfológica, o sexo do bebê, a normalidade ou patologia do bebê, a interrupção da gestação e as mortes *in útero* do segundo trimestre, além da prematuridade, as patologias da placenta, as fobias do parto e de possíveis anormalidades e a gravidez de alto risco do terceiro trimestre, podemos pensar que a análise de cada um desses pontos trazidos pelos autores parte do pressuposto que cada acontecimento surge devido a “descompensações”, reações, pensamentos, ideias e ideais que habitam a mente e o corpo da mulher grávida. Ou seja, a “postura” da mulher é tomada como “responsável” pelos diversos acontecimentos, tendendo a uma análise psíquica onde é atribuído um significado às situações/ sensações/ doenças/ sentimentos ocorridos durante a gestação a uma possível resposta do corpo da mulher aos seus pensamentos e sentimentos voltados para seu entorno e seu bebê.

É somente após o nascimento do bebê que o olhar parece se voltar para a mãe, já que, os primeiros dias são marcados por um período de transição para a mulher. Segundo os autores, ela é acometida por um “desequilíbrio essencial, mas provisório”, passando por um estado de fragilidade psíquica o qual concentra diversas emoções, agradáveis ou não, sendo “motivo para pequenos dramas” (Szejer & Stewart, 1997, p. 276). Ou seja, por mais que haja a ponderação por parte dos autores de que a visão e a análise apontada por eles são apenas pistas para a escuta de mulheres grávidas, a construção teórica apresentada ao longo do texto mostra que o olhar que parece estar direcionado à história da mulher diz apenas de um cuidado voltado à gestação em si.

Esse enfoque sobre cada trimestre gestacional, bem como sobre o puerpério é característica de análise de diversos(as) autores(as) e, dentre esses, está Raquel Soifer, médica e psicanalista argentina. A autora, em suas produções, dedicou-se à realização de um levantamento detalhado das fantasias inconscientes e das ansiedades típicas de cada fase da gravidez, tendo como referência a teoria psicanalítica kleiniana.

A gravidez ocorreria, segundo a autora, a partir de um desequilíbrio entre os pólos ambivalentes de querer e não querer ter um filho. Nesse processo, o desejo pela maternidade superaria, portanto, o terror aos filhos, tornando possível a fecundação. Ainda, a gravidez e o puerpério dizem de uma experiência essencialmente regressiva, tanto em seus aspectos positivos quanto negativos. Acerca dessa diferença, Soifer aponta que, se na gravidez a regressão se origina nas mudanças, tanto orgânicas quanto hormonais, no pós-parto, a regressão tem como finalidade criar e compreender o bebê, colocando a mãe a serviço do filho.

Em *“Psicologia da gravidez, parto e puerpério”* (1980), Soifer⁶ situa as alterações orgânicas da gravidez e apresenta a interpretação das ansiedades correspondentes. As mudanças têm início a partir da concepção da criança, sendo vividas pela mulher, física e emocionalmente. A premissa é a de que existe uma interligação entre os processos mentais e orgânicos vivenciados pela mulher na gestação e que a percepção da gestante acerca das alterações em seu corpo ou sobre os movimentos do bebê pode gerar ansiedade e novos processos somáticos - hipertensão, aborto, parto prematuro, entre outros (p.36). Sobre as ansiedades e fantasias maternas, Soifer coloca que, a partir do terceiro mês, bem como entre o sétimo e o oitavo mês de gestação, os movimentos fetais são fonte de tais percepções. Ao encontro dessas percepções, a mulher pode vir a desenvolver mecanismos defensivos na tentativa de lidar com tamanha ansiedade, a qual pode reativar, inconscientemente, suas fantasias infantis. Estas questões, portanto, teriam sua raiz em questões psíquicas reelaboradas a partir da concepção do bebê, como a regressão, a castração e até a identificação com o feto (Soifer, 1980).

A ideia de que o ambiente ocupa um papel importante na manutenção da saúde mental da mulher grávida é uma constante quando falamos sobre psicanálise da maternidade. Segundo Soifer, a regressão vivida pela mulher durante a gravidez requer o envolvimento de todo o “meio social imediato” (p.21), em especial do companheiro e da família. Sobre esse ponto, a autora traz em sua análise, que existe um fluxo entre interno e externo, sendo as próprias transformações corporais da gravidez consideradas externas. Assim, a presença de um ambiente e um entorno adequado será de grande auxílio para a futura mãe, já que a fantasmática pessoal

⁶ Médica e psicanalista argentina, dedicou sua vida ao estudo do puerpério.

da mulher abrange toda situação psicológica. Ou seja, é somente a partir da presença física e concreta da rede de apoio que poderá haver a reconstrução da sua realidade.

Após o nascimento do bebê, a mulher vivencia outro aspecto da maternidade. O encontro com o filho real ainda é motivo de ansiedade, porém, apresenta-se também, como delimitador das fantasias geradas durante a gestação. Dessa forma, o reconhecimento do filho no pós-parto auxilia na remissão da confusão e despersonalização, sendo considerado, portanto, um fator decisivo.

Parece consenso que a regressão apresenta-se como uma resposta psíquica durante a gravidez, bem como no pós-parto, podendo ser considerada fato inquestionável e se fazendo presente em diversas leituras concernentes à temática. Soifer (1980), como já pontuado, situa que a função da regressão é colocar a mãe a serviço do seu bebê, noção que se aproxima da descrição do conceito de preocupação materna primária, cunhado por Winnicott. O entendimento sobre a regressão pode ser encontrado, também, nas produções de Marie Langer⁷ - psicanalista alemã que se radicou na Argentina. Sobre o termo, a autora coloca que diferentes níveis de regressão podem fazer parte do eu, sendo que parte do ego permanece ligada à realidade (Langer, 1981, p. 215).

Em seu livro *“Maternidade e Sexo”* (1981), Langer investigou as dificuldades femininas em relação à concepção e à fertilidade, situando as condições históricas da mulher e da maternidade. Em relação às mulheres com dificuldade de engravidar ou àquelas que não conseguem levar a gestação até o final, a autora pontua que, apesar de conscientemente possuírem forte tendência a se tornarem mães, existe algo que diz de uma angústia referente à concretização da gestação em si.

Para a autora, as hipóteses que movem o desejo de ter um filho em uma mulher passam pelo desejo de provar a sua própria fertilidade, colocando ainda, que a mulher pode desejar ter filhos para reviver experiências que obteve com a própria mãe e com ela, identificar-se. Acrescenta, também, que o desejo pela maternidade pode estar relacionado com causas mais conscientes, como: reviver a própria infância, rivalizar com outras mulheres e, de modo mais intenso, a necessidade de desenvolver potencialidades ainda veladas (Langer, 1981).

No caso de gestações “sustentadas”, a autora em sua leitura psicanalítica da gravidez, traz um aspecto importante de análise: a gravidez como uma experiência estruturante. A análise

⁷ Nasceu em Viena, em 1910. Ativista pelas causas da psicanálise e dos direitos humanos, se radicou na Argentina, a partir de 1942. Suas publicações revelam várias linhas de pesquisa e deixam perceber sua ênfase na influência do contexto social e cultural sobre o campo da teoria psicanalítica: a sexualidade feminina, a esterilidade, as fantasias eternas, o "porquê" da guerra, a psicanálise de grupo, o anti-semitismo, certos problemas metodológicos relacionados com o ensino da psicanálise, e problemas técnicos suscitados pela análise didática.

parte do pressuposto de que enquanto a gravidez tem a função de formar um novo ser, também permite a reelaboração de certas composições psíquicas da mulher, a partir de processos regressivos. Para a autora, mesmo que não exista gravidez isenta de angústia e conflito, na maior parte das vezes ela é acompanhada por um sentimento de felicidade, pois “a mulher sente-se serena e tranquila, identificada com seu ideal de mãe e com seu filho bem protegido por ela. Vive, neste estado, a união mais íntima que possa existir entre dois seres. Desde que nasceu, pela primeira vez não está mais só” (Langer, 1981, p. 208).

A partir da percepção dos movimentos fetais a união entre mãe e feto se intensifica, comprovando a existência do bebê, sendo ele visto agora não apenas como uma promessa, mas como uma realidade. A intensa sensação de felicidade e serenidade que toma conta de muitas mulheres passa a ser estremecida à medida que o parto se aproxima marcando a chegada do filho. O parto, em si, é visto como uma “experiência de realidade tangível” carregado pelo temor da perda do filho ao dar à luz. O parto cesariano é criticado pela autora já que, segundo ela, quando ocorre nesses moldes, a mulher vive de forma passiva o nascimento do seu filho.

Considerando que a temática da maternidade não se esgota nas ideias, pensamentos e conceitos dos autores citados acima e que as representações acerca das maternidades se dão de forma singular na vida e história de cada mulher que engravida, considero importante situar que tais autores foram escolhidos para compor essa revisão, pois seus pontos de vista se destacam como referências importantes no campo da psicanálise da maternidade e suas intersecções. Da mesma forma e, apesar deste capítulo tratar da temática da maternidade a partir de autores (as) psicanalistas, considero importante trazer as contribuições de uma mulher, que apesar de não ser psicanalista, promoveu relevantes reflexões para a psicanálise: Elisabeth Badinter, filósofa, autora e produtora de diversos debates sobre o papel da mulher na sociedade, o qual foi e ainda é atravessado pelo ideal da maternidade.

No centro dos tensionamentos produzidos pela autora encontramos o questionamento acerca de certa ideologia em relação à maternidade e ao desejo feminino de tornar-se mãe. Badinter, a partir disso, se propõe discutir o quanto as mulheres se encontram esmagadas pelo mito do amor materno, propondo em seus estudos, desmontar todo o esquema de pensamento histórico que, segundo a autora, forjou a idealização de que mulheres só se sentiriam realizadas, enquanto mulheres-sujeitos, através da maternidade (Badinter, 2011).

Ao longo do seu trabalho, Badinter (1985), coloca que os sentimentos em relação à vivência da maternidade não deveriam ser associados a um acontecimento inato, natural e/ou instintivo. Suas argumentações mostram que há um desencontro entre a ideia de ideal de amor

materno e a construção desse pensamento que, para a autora, surge como uma forma de dominação e de opressão para as mulheres.

Em uma de suas obras, talvez a mais conhecida, “*L’amour en plus*” do original e com tradução de “*Um amor conquistado: o mito do amor materno*”, a autora faz uso de argumentos históricos, filosóficos e sociológicos para defender a ideia de que, ao invés do que se pensava (ou ainda, se pensa) o amor materno é contingente, incerto, imperfeito, indefinido como qualquer outro sentimento humano.

“Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres, é adicional”. (Badinter, 1985, p. 367).

O discurso de Badinter acerca da perspectiva histórica da posição social da mulher e sua relação com a maternidade coloca em xeque o que, por muito tempo, se pensou sobre o que é (e quer) uma mulher. Discurso esse que vai ao encontro das discussões e estudos de gênero do movimento feminista, abordado no próximo tópico desta análise. Da mesma forma, a psicanálise, atenta aos movimentos discursivos de cada época e ao que permeia o imaginário social coletivo propõe-se, a serviço do seu tempo, debater sobre as narrativas que são pautas e reivindicações de reflexão e reanálise suscitando novos olhares, perspectivas, discursos e vozes.

2.4 Psicanálise e feminismo: diálogos críticos

O encontro entre a teoria psicanalítica e o movimento feminista produziu, ao longo do tempo, diálogos críticos partindo, principalmente, de teóricas feministas em relação a conceitos, fundamentos e princípios propostos pela psicanálise acerca do lugar da mulher e da maternidade. Importante situar que as principais ideias que fomentaram os debates feministas sobre a maternidade surgiram do final dos anos 60 a meados da década de 80 (Scavone, 2001).

Contextualizando, em linhas gerais, o feminismo pode ser subdividido em três grandes “ondas” marcadas por diferentes reivindicações. A primeira onda do feminismo defendia, majoritariamente, os direitos civis e ficou conhecida como o “feminismo da igualdade”, já que buscava paridade social e política em relação aos homens. A segunda onda - “feminismo das diferenças” - foi marcada pela intenção de ressaltar as especificidades da mulher em si mesma,

tendo o corpo como destaque e centrou-se em questões privadas como a denúncia da maternidade como principal causa da dominação das mulheres pelos homens (Lago, 2012).

“A questão materna sempre esteve no coração, no cerne, no centro da questão feminista. A maternidade seria o terreno por excelência da dominação masculina: gestação, parto, amamentação e criação dos filhos retiram as mulheres da própria vida, do espaço público e do trabalho, confinando-as ao mundo doméstico e impondo-lhes a dependência em relação ao homem. O cenário da submissão” (Neder, 2016, p. 74).

Um dos marcos fundamentais do movimento em sua segunda onda foi a publicação da obra de Simone de Beauvoir *O Segundo Sexo* (1949/2000), a qual contestava o determinismo biológico que colocava sobre as mulheres a condição natural de ser mãe. Atrelado a isso, sustentado pelo raciocínio de que a maternidade é herdeira de uma disposição biológica relacionada à natureza feminina, gestar e parir seriam precedentes, também, para o surgimento instantâneo de um instinto que coloca a mulher que é mãe em uma situação de aptidão imediata para cuidar e amar um outro (Badinter, 1985). Essa ideia, presente no senso comum e amparada pelo discurso das ciências, já havia sido “denunciada” por Hilferding em uma conferência ocorrida na Sociedade Psicanalítica de Viena, em 1911. Nesta, a psicanalista, apontou que a crença da existência de instinto materno coloca sobre todas as mulheres a condição natural de gestar, parir, amar e cuidar incondicionalmente do seu bebê, bem como a não possibilidade de desejar para além do filho.

“O mito da maternidade é o mito da ‘Mãe Perfeita’. Ela deve ser completamente devotada não só aos filhos, mas a seu papel de mãe. Deve ser a mãe que compreende os filhos, que dá amor total e, o que é mais importante, que se entrega totalmente. Deve ser capaz de enormes sacrifícios. Deve ser fértil e ter instinto maternal, a não ser que seja solteira e/ou pobre, e nesse caso será aviltada precisamente por essas condições. Acreditamos que ela é a melhor, e a única capaz de cuidar corretamente dos filhos, e que eles exigem sua presença contínua e exclusiva. Ela deve incorporar todas as qualidades tradicionalmente associadas à feminilidade, tais como acolhimento, ternura e intimidade. Queremos que ela seja assim e assim que tentamos fazê-la” (Forna, 1999, p.11).

Já a terceira onda feminista, também conhecida como “pós-feminismo” ou “novo feminismo”, tem no reconhecimento das pluralidades femininas sua principal característica. Aqui, a maternidade recebeu um novo significado, passando a ser percebida como um “poder insubstituível”, apontando certa inveja aos homens. Nesta, o movimento pleiteava questões sobre o patriarcado tensionando reconfigurações familiares, de trabalho, bem como os pilares

ideológicos dos gêneros (Cossi, 2019). Foi a partir dessas reivindicações que o uso do termo gênero se alastrou, enfatizando a base social da diferenciação entre homens e mulheres (Scott, 1995).

Judith Butler é um nome reconhecido e que marcou a terceira onda feminista. Foi nesse momento do movimento que a filósofa desenvolveu sua obra intitulada “*Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*” (1990/2003). Seu trabalho foi direcionado às questões de gênero enquanto performance/performatividade, o qual buscava romper com o paradigma da divisão entre natural e social, sexo e gênero. Ainda, em sua obra, a autora convida mulheres a refletir sobre sexualidades e posições masculinas e femininas questionando como é possível pensar as mulheres em um contexto falocêntrico.

O tema da maternidade passou pela construção de diferentes pontos de vista ao longo da história do movimento feminista. Ferrand e Langevin (1990) compreendem que, apesar das diferentes perspectivas existentes dentro das ondas feministas, a desigualdade entre os sexos foi vista como “a” questão aflitiva e nuclear de tais concepções. As autoras propõem uma leitura considerando três momentos do movimento feminista. O primeiro foi o reconhecimento da maternidade como um *defeito natural* (handicap), a qual seria a responsável por confinar a mulher dentro do lar. Já em um segundo momento, a maternidade passou a ser vista como um poder insubstituível e que seria fonte de inveja aos homens. Ou seja, a gestação passou a ser valorizada e a maternidade ascendeu para o status de parte da identidade e do poder da mulher. No terceiro momento, as reflexões do movimento giravam em torno da ideia de que não é a questão reprodutiva e biológica que determina o lugar social da mulher, mas a dominação que engloba o significado social da maternidade.

Karen Horney, reconhecida como a primeira feminista da psicanálise, colocou em xeque, durante sua trajetória acadêmica, o modo como o complexo de castração era pensado pelos psicanalistas, criticando a forma como as mulheres eram vistas na teoria. Suas ideias eram formalizadas em trabalhos, como quando apresentou, em 1922, no Congresso Internacional de Psicanálise, o trabalho intitulado “*Sobre a gênese do complexo de castração nas mulheres*”. Mais tarde, em 1926, apontou em um texto em homenagem aos setenta anos de Freud, que em função da psicanálise ter sido criação de um homem e, também, por serem homens os contribuintes teóricos para o desenvolvimento da teoria, era concebível que, a partir disso, a psicanálise se ocupasse de forma mais clara sobre o desenvolvimento de homens do que de mulheres (Silva & Santo, 2015).

Luce Irigaray, filósofa, linguista e psicanalista, expõe um debate com a psicanálise defendendo que os desenvolvimentos freudianos referentes ao complexo de Édipo tomam o

patriarcado como base e se edificam aos moldes falocêntricos⁸. A autora busca iluminar aquilo que é visto como ponto cego no discurso filosófico acerca do feminino e o qual acredita estar na base do discurso psicanalítico também. Para Irigaray, a mulher ter sido considerada ontologicamente irrepresentável por Freud é base do pensamento de que “não se nasce mulher, mas torna-se” (Beauvoir, 1949/2000). Ainda, questiona o que seria então a mulher, antes dessa “conquista”? A resposta é “nada” (Irigaray, 1974/1985, p. 25), apenas um menino menor que deve ter sua libido reprimida para tornar-se mulher. Essa definição da sexualidade feminina representa a perpetuação do poder de dominação dos homens sobre as mulheres, sendo uma estratégia que busca barrar o acesso das mulheres a alguma categoria de representação a partir do que lhe é próprio (Cossi, 2019).

É perceptível o quanto a temática da maternidade provocou discussões acaloradas entre pensadoras(es), seja do movimento feminista, seja da psicanálise. Com isso, após a apresentação dos diferentes pontos de vista, posições e leituras críticas acerca do que se pensou sobre maternidade ao longo dos anos, é pertinente a construção de algumas questões provocativas que serão norteadoras do encadeamento de ideias do próximo tópico, o qual engloba as ressonâncias da construção social e cultural do sujeito-mulher e da maternidade na contemporaneidade, bem como nas construções acadêmicas que tratam do entrecruzamento das temáticas da psicanálise, da mulher e da maternidade: A crítica feminista contribuiu para um questionamento da psicanálise mais aprofundado sobre o lugar da mulher e da mãe? O que a psicanálise, deste tempo, tem pensado sobre mulher e maternidade? Quais os impactos destas reflexões na compreensão na construção da subjetividade do sujeito-mulher e sujeito-mãe?

2.5 Maternidade na contemporaneidade

Esta pesquisa de mestrado não tem a pretensão de generalizar e universalizar ideias ou pensamentos, porém algo que se mostrou persistente durante todo o percorrido histórico, social e cultural realizado sobre o lugar da mulher na sociedade foi a questão da maternidade ter se consolidado, durante décadas, como o cerne do destino das mulheres. Atualmente, a maternidade ocupa o campo da possibilidade - podendo ou não acontecer - e divide espaço com outras ocupações, experiências e vivências da mulher contemporânea. Ou seja, existe a

⁸ Logocentrismo diz respeito à lógica da identidade, da exclusão e da polarização binária da diferença como: corpo/mente, natureza/cultura e homem/mulher. O neologismo “falocentrismo” é a união do logocentrismo com o falo, definido como operador central da sexualidade na Psicanálise (Cossi, 2019).

realidade de mulheres que têm a ambição e o desejo de serem mães, na qual a maternidade é um sonho, uma realização, um objetivo de vida, porém existe uma parcela de mulheres que não desejam a maternidade, e outras ainda que desejam para além da maternidade e que, apesar de talvez desejarem ter filhos, desejam dedicar-se, também, ao trabalho e a outras formas de satisfação.

Além disso, a visão da maternidade é um fenômeno multifacetado que não se ancora somente nas regulações sócio-históricas e/ou culturais, mas possui íntima ligação com a subjetividade, os afetos, laços e vínculos produzidos e construídos na e a partir da história da mulher. Diante disso é imprescindível a necessidade de passarmos a olhar para a maternidade como um evento passível de releitura a partir de atravessamentos pessoais, sociais e culturais diversos (Scavone, 2001). Pensar a maternidade no plural passando a considerar a existência de maternidades é romper com ideais e desvincular ideias que colocam sobre a mulher a responsabilidade única e exclusiva pelo cuidar e, para além disso, é dar espaço para novos formatos de parentalidade, não implicando em funções ligadas diretamente ou à mulher ou ao homem. Todo esse processo envolve uma complexa reflexão sobre gênero, uma temática que tem se tornado cada vez mais presente quando o assunto é maternidade.

Nesse percurso podemos afirmar que ser mãe não está no DNA de ser mulher. Isso não desconsidera o fato de que, biologicamente, a mulher pode gerar uma vida em seu útero (no caso da maioria das mulheres cisgênero), porém considera que, para o nascimento de uma mãe, é necessário mais do que uma gestação, é imprescindível que a mulher que gesta se reconheça enquanto mãe e que, principalmente, tenha espaço para se construir como uma. Ou seja, tornar-se mãe é algo que se encontra para além da natureza e da biologia, é algo que faz objeção ao universal e ao normativo, é um processo singular que depende das experiências vividas por cada mulher e inclui múltiplos fatores sociais, culturais, pessoais, familiares e subjetivos. Sobre isso, Iaconelli (p.73, 2020), pontua que “ainda que sejamos mamíferos, o ciclo reprodutivo humano está atravessado pelo discurso social, pela confrontação com o real, pelo impossível de nomear, e não pode ser reduzido aos automatismos fisiológicos que também o regem”.

Considerando a maternidade como uma experiência singular e a distanciando da ideia de evento natural, da ordem do instinto, inclui-se novos fatores como relevantes para a mulher enquanto sujeito. Iaconelli (2019) refere que, para muitas mulheres, os filhos não são o único objetivo. Elas se interessam também por ter um trabalho que as reconheça, ter seu próprio dinheiro, têm projetos pessoais antes impensáveis. A maternidade, nesse sentido, é parte de um

processo, faz parte da construção da identidade de algumas mulheres, porém nem toda mulher deseja e se constrói subjetivamente como mãe.

A partir disso, é possível pensar que a contemporaneidade exige um tempo repartido com diversas outras tarefas, múltiplas funções e novos paradigmas. Porém, como é possível conciliar a maternidade neste cenário, sendo esta uma tarefa de grande dispêndio de energia e tempo e que, por vezes, encobre o ser-mulher-sujeito? Ao falar sobre as mudanças que a contemporaneidade trouxe para a vida das mulheres, Iaconelli (2019) situa que, dentre elas, está o abandono da utilização dos termos “mulher” e “mãe” enquanto sinônimos, em função das transformações nas aspirações pessoais, financeiras e sociais das mulheres. Dessa forma, fazer uso do termo “mulher que é mãe” sugere que algumas questões podem dizer da experiência de ser mulher e outras da de ser mãe. Admitir que o que há são percursos de mulheres em meio às tessituras da maternidade é, também, estar atento às modificações da cultura e da sociedade acerca da feminilidade.

O modelo de mulher que se valoriza atualmente é aquele no qual se é independente financeiramente, decorrente de sucesso profissional. Modelo que não exclui ou elimina as atribuições como o cuidado com a casa e com os filhos, mesmo que isso se torne um acúmulo e venha a sobrecarregar a mulher, seja dentro ou fora de casa (Aiello-Vaisberg, Gallo-Belluzzo e Visintin (2020). Ainda, embora esteja se construindo uma nova forma de paternidade, com um ideal de maior participação do homem nos cuidados com os filhos (Silva, Gabriel, Cherer & Piccinini, 2017), ainda é forte a cultura de que o cuidado da casa e dos filhos é de responsabilidade da figura feminina. E esse excesso pode ocasionar na mulher adoecimento físico e emocional (Barbosa; Rocha-Coutinho, 2007).

Isso reforça a ideia já colocada de que a atribuição de responsabilidades ainda se projeta no tempo e no espaço como prerrogativa de gênero. Todo o movimento que levou a mulher para fora do ambiente doméstico possibilitando a ela a inserção no mundo do trabalho, não a desobrigou do trabalho doméstico e materno. Ou seja, apesar do surgimento de mudanças na vida da mulher, permanecem as “antigas assimetrias de responsabilidades familiares” (Castro et. al, 2012, p. 14). Tudo isso demarca a maternidade na contemporaneidade como acompanhada de tensões.

O que é ser mulher na escala do tempo? Fazendo uma análise do que foi produzido até aqui pode-se afirmar que essa é uma pergunta que tem atravessado de forma constante reflexões de diversas linhas e campos de estudo, como a psicanálise, a psicologia, a sociologia... E sobre

isso faz sentido colocar ou reafirmar que a formulação dos conceitos do que é ser mulher e ser mãe na escala do tempo é sempre refém de um contexto específico no qual são vigentes representações e discursos que marcam o social e o cultural da época. Frente ao fato da maternidade ocupar, atualmente, o campo da possibilidade oportunizando às mulheres vivenciarem experiências até então restritas, compreende-se que as alternativas que a mulher tem de lidar com a maternidade perpassam pelo reconhecimento dos meios e modos como ela herda e reconstrói as questões sociais, culturais, históricas e de gênero em seu universo subjetivo. Tudo isso lança novos e outros olhares para se dar conta da complexidade que é ser mulher.

3. Objetivo

Conduzido pela experiência, este escrito, se construiu e seguirá se (re)construindo como um processo que coloca esta pesquisadora em movimento e que não cessa ou se esgota quando chega ao final e, por isso, proponho pensarmos este percurso de mestrado como um “durante”. Porém, para que seja possível habitar o campo da pesquisa torna-se necessário estabelecer alguns recortes que contemplem o solicitado em um texto acadêmico, como é o caso do objetivo de pesquisa. Assim, partindo da experiência, esta pesquisa pergunta sobre qual é o espaço possível para a mulher ser sujeito, após tornar-se mãe, considerando os entrecruzamentos entre o feminino e a maternidade. Tendo como base tal problemática de pesquisa, este estudo busca discutir e reconhecer o que há no entremeio da mulher-sujeito e da mulher-mãe, tendo como contexto de análise a vivência de distanciamento social de mulheres que são mães em decorrência da Covid-19.

4. Método

A via metodológica que guiará a construção deste escrito é a pesquisa em psicanálise. Nesta perspectiva e de acordo com Iribarry (2003), tem-se o pesquisador psicanalítico como o primeiro sujeito de sua pesquisa. Além disso, admite-se que a transferência, a escuta e o desejo são motores da investigação proposta, já que considera-se que o pesquisador está implicado, pois parte dele a demanda e a questão central. Assim, o que há é a pressuposição de uma experiência, singularmente vivida, cuja transmissão em um contexto de transferência pode esclarecer e fazer avançar a teoria (Costa & Poli, 2006, p. 19).

“A característica essencial que singulariza o pesquisador psicanalítico é o campo, o objeto e o método de sua pesquisa. Este campo é o inconsciente. O objeto é o enfoque ou perspectiva a partir de uma posição em que é colocado o pesquisador psicanalítico, a fim de aceder ao inconsciente. O método é o procedimento pelo qual ele se movimenta pelas vias ou perspectivas de acesso ao inconsciente” (Caon, 1994, p.23).

Partindo do exposto, considera-se, portanto, que “a riqueza do método investigativo inaugurado por Freud oportuniza à Psicanálise estender-se a searas em que a escuta do singular remonta à clínica, mas não se limita ao seu setting tradicional” (Dal Forno, 2017, p. 35). Ou seja, em Freud encontra-se o modelo de pesquisador psicanalítico que, a partir da pesquisa em psicanálise, permite pesquisadores identificados com a prática da escuta do singular avançar - através do método investigativo por ele fundado - nos mais variados contextos existenciais, para a produção de investigações e contribuições acerca do saber psicanalítico.

Corroborando, Birman (1994, p.27) traz que:

“A experiência psicanalítica admite diversas possibilidades da clínica, desde que nesta diversidade sejam reconhecidas as condições epistemológicas e éticas para a construção do espaço analítico, isto é, uma experiência centrada na fala, na escuta e regulada pelo impacto da transferência. Esta diversidade clínica se justifica não apenas pelas diferentes formas de funcionamento psíquico que se apresentam para a escuta analítica, mas também pela diversidade de espaços em que a experiência psicanalítica é possível”.

Neste sentido, a leitura da cena considerada motor deste escrito, bem como a análise exaustiva dos relatos recebidos a partir do projeto “Maternidades: Narrativas de mulheres que são mães em tempos de pandemia e isolamento social”, constituem-se como eixos fundamentais

da análise de problemáticas que envolvem a mulher e a mãe enredadas a fenômenos sociais que, apesar de não estarem ligados estritamente à situação de tratamento analítico - já que não ocorrem em um setting clássico - não inviabilizam a experiência psicanalítica, a qual é base da pesquisa em psicanálise (Birman, 1994). Compreende-se que a base está na escuta de um sujeito que diz de sua experiência - mulher que é mãe - e endereça-a para um outro - a pesquisadora -, sendo que a maneira como o objeto de pesquisa irá tocar o pesquisador, também fará parte da construção de um saber.

O propósito da experiência é o saber que, segundo D'Agord (2000), difere-se de conhecimento:

“O conhecimento é uma construção que pode ser desenvolvida através de dispositivos didáticos. Através desses dispositivos, aquilo que a humanidade levou séculos para estabelecer, um jovem pode construir em um determinado período de escolaridade. Já o saber é resultado de uma experiência, é pessoal, não é adquirido, mas conquistado, por isso não é transmissível. É preciso passar por uma experiência que pode ser uma experiência de ensino-aprendizagem ou uma experiência de vida. O saber fica como uma marca, que não desaparece jamais” (p. 145).

Compreende-se, assim, que o saber produzido pela pesquisa é uma construção elaborada *a posteriori* em relação ao trabalho de transferência, na qual sua formulação é acompanhada daquilo que foi possível de ser construído a partir de cada “encontro” com a leitura da cena e dos relatos.

O projeto de pesquisa: “Maternidades: narrativas de mulheres que são mães em tempos de pandemia e isolamento social” (Silva et al., 2020) foi construído no interior do grupo de pesquisa NEPIs - Núcleo de Estudos em Psicanálise e Infâncias, sendo eu uma das proponentes e autoras do projeto. Este foi aprovado pela Comissão de Pesquisa e pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAAE 32369420.8.0000.5334).

Após a aprovação, a seguinte pergunta foi divulgada nas redes sociais virtuais: “Como tem sido ser mulher e mãe em tempos de pandemia?”, visando convidar mulheres que são mães⁹ a relatarem suas experiências de isolamento social. O convite, publicado em plataformas como Whatsapp, Facebook e Instagram, incluía um link o qual direcionava a possível participante da

⁹ Optamos por não coletar dados específicos em formato de questionário sobre as participantes com o propósito de permitir uma escrita mais impulsiva, como um desabafo. Portanto, não há como definir um perfil de quem foram as mulheres que responderam à pesquisa em relação à idade, escolaridade, estado civil, classe social, entre outros dados.

pesquisa a um formulário Google, cuja primeira página continha o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A). Caso houvesse concordância por parte da participante, a mesma era direcionada à pergunta referida acima, em um formulário Google, sendo que para a resposta era reservado um campo onde era possível escrever sem limite de caracteres.

A coleta dos relatos, os quais continham apenas uma palavra ou textos longos, deu-se pelo período de dois meses, entre julho e agosto do ano de 2020. Estes formaram um banco de dados de cerca de 340 relatos e irão se configurar como material de análise para esta pesquisa. Em se tratando de um método psicanalítico, é comum termos como referência de análise e interpretação a clínica tradicional, a qual contempla o atendimento individual no consultório. Porém, há uma proposta de ampliação dessa escuta para além do campo da clínica tradicional. A partir disso, levando em consideração que a coleta dos relatos deu-se fora dos moldes tradicionais, como estratégia de análise e interpretação, farei uso da estratégia clínico-interpretativa proposta por Dockhorn e Macedo (2015).

Essa estratégia de pesquisa é sustentada pelo rigor do método psicanalítico já que tem a escuta, a abstinência, a transferência e a interpretação como bases. Segundo os autores, Dockhorn e Macedo (2015), existem alguns elementos que se tornam essenciais em um processo de investigação, os quais são propostos e estruturados em três etapas na estratégia clínico-interpretativa. A primeira etapa diz respeito ao tema ou problema de pesquisa, ou seja, há a apreensão de um fenômeno a ser investigado pelo pesquisador. O segundo momento é marcado pela análise do material, incluindo marcações de trechos, anotações e hipóteses interpretativas. Como produto das duas etapas anteriores, surge a terceira etapa, a qual contempla a construção de uma discussão teórico interpretativa.

No caso da presente pesquisa, a primeira etapa ocorreu ainda no percurso da Residência Multiprofissional em Saúde Comunitária, pois foi produzida a partir da fala da mulher grávida a qual realizei atendimento de pré-natal e que é considerada por mim, a pesquisadora, motor deste escrito. Ainda, a coleta dos relatos da pesquisa “Maternidades: narrativas de mulheres que são mães em tempos de pandemia e isolamento social” (Silva et al., 2020) abarca essa fase inicial de apreensão do fenômeno pelo pesquisador. O segundo momento, a análise propriamente dita, visa uma leitura exaustiva dos relatos, discussões e trocas teóricas com a orientadora, o que resultará, na terceira etapa, a construção de uma sustentação teórica das interpretações articuladas nas duas primeiras etapas: o trabalho final deste percurso de mestrado.

5. Resultados e discussão

Analisar o presente não é tarefa fácil. Função que se torna ainda mais difícil por vivê-lo, seja no todo ou em parte, seja pela frequência de notícias que escancaram a presença de um inimigo invisível, seja pelo medo de contaminação e da morte, seja pela incerteza do futuro. Analisar o presente é um desafio. Atravessar essa experiência de desamparo e refletir a pandemia sob a luz da psicanálise nos remete, invariavelmente, ao escrito de Freud em “O mal-estar na civilização” (Freud, 1930/1976). Neste texto, Freud coloca que a vida real, da forma como conhecemos, é difícil de ser suportada, considerando que nos é permitido viver e experimentar, em maior quantidade, a sensação de desprazer e sofrimento do que o seu oposto. Do mal-estar na civilização ao mal-estar na pandemia, pode-se pensar que o momento que estamos vivendo é banhado por diferentes discursos que vão sustentando as diversas formas de laço social vigentes, além de dar conta de um vírus que nos coloca frente a diferentes fontes de sofrimento a partir de uma realidade imprecisa e incerta.

De algum modo, todo sofrimento comporta um dizer, um apelo, um protesto, um enigma a ser traduzido pelo campo da linguagem, conteúdo e instrumento da clínica psicanalítica. Mas como captar o inconsciente do sujeito através daquilo que é escrito e tendo como receptor imediato uma tela? Como “garantir” os preceitos da pesquisa psicanalítica sem estar em presença física aquele que fala e aquele que escuta? Como fica o estabelecimento da transferência nesses casos? Podemos falar em uma “psicanálise ampliada” capaz de dar conta da vivência pandêmica?

Em uma breve análise do período histórico e do trabalho realizado por Freud, encontramos que o autor atendeu através de cartas e escritos, ou seja, fez-se necessária, na época, uma adequação profissional frente ao momento vivido, situação parecida com a qual psicólogos(os) e psicanalistas se defrontam na atualidade. Um exemplo desse atendimento foi o caso “O Pequeno Hans” (1909/1996), no qual o tratamento aplicado era conduzido a partir de cartas trocadas entre o pai de Hans e Freud.

Tendo a transferência como ponto-chave do trabalho psicanalítico e essa não ocorrendo no face a face devido à forma com a qual esta pesquisa se moldou metodologicamente, podemos pensar que sim, algo se perde devido a não presença física, a não presença da voz e a não presença da escuta em ato. Porém, acredita-se que cada participante pôde encontrar uma forma, sem moldes, de se colocar a partir da sua escrita, marcando sua presença enquanto sujeito.

Para que seja possível caminhar e traçar alguma direção, dando sentido ao momento vivido, muitas vezes é necessário quebrar barreiras e atravessar mal-estares, como sinalizado por Freud:

(...) a vida, tal como nos é imposta, é muito difícil para nós, traz-nos muitas dores, desilusões, tarefas insolúveis. Para suportá-las, não podemos prescindir de medidas paliativas. Essas medidas talvez sejam de três tipos: distrações poderosas, que nos permitem menosprezar a nossa miséria, satisfações substitutivas, que a amenizam, e substâncias entorpecentes, que nos tornam insensíveis a ela. (...) A questão sobre o propósito da vida humana foi colocada incontáveis vezes, ela nunca teve nenhuma resposta satisfatória, talvez nem sequer admita alguma (Freud, 1928/2020, p. 318-319).

De qualquer forma e apesar das mudanças decorrentes da pandemia, manter certas constâncias demarca a presença da psicanálise, na qual a importância está em não calar a voz, em não findar a escuta, possibilitando que cada sujeito se apresente e se mostre mesmo que sem corpos presentes, mas amparados pela ética. Além desse desafio inicial de manutenção de um espaço ético em psicanálise, sendo construído através de telas e espaços de relatos a serem preenchidos, há também a presença não neutra daquela que ocupa a posição de pesquisadora. Como já sinalizado, ser pesquisador em psicanálise é colocar-se como primeiro sujeito da pesquisa (Iribarry, 2003) e ser atravessado pela temática em análise. Dessa forma, como estudar as mulheres e as maternidades a partir dos desdobramentos causados pelo distanciamento social, considerando que esta pesquisadora também é mulher e vive, juntamente com as participantes da pesquisa, um presente nunca antes experimentado?

A análise exaustiva dos relatos como parte da metodologia de pesquisa mostrou-se, por vezes, algo da ordem da literalidade da palavra exaustão. O reencontro com os sentimentos carregados nos relatos coletados no início da pandemia produziam uma quantidade considerável de angústia. Como em um processo terapêutico, foi necessária a exaustão da repetição da leitura para, em seguida, haver a possibilidade de construir algo em torno da realidade descrita por tais mulheres participantes da pesquisa. Conforme a leitura dos relatos ia acontecendo, os seguintes eixos de análise foram se formando na tentativa de contar a história da vivência de mulheres que são mães em tempos de pandemia e distanciamento social:

- “A ‘dona de casa’ é dona de quê?”

A respeito desse eixo de análise, será apresentada uma discussão acerca da ideia que ainda se mantém da mulher enquanto base, pilar e sustentação do lar. Este fato restringiu e, por vezes, ainda restringe a existência da mulher ao cuidado da casa. O termo “dona de casa”

aparece como demarcador do conceito de propriedade e, a partir disso, procurei discorrer, ao longo do escrito, sobre a pergunta: metaforicamente, não seria a casa proprietária da mulher?

- “A pandemia demarcou o retorno da mulher à centralidade do lar?”

O segundo eixo de análise traz para a cena uma discussão sobre a necessidade de retorno das mulheres para a centralidade do lar em função da pandemia e do distanciamento social. Importante sinalizar que esse movimento de “ficar em casa” foi possível apenas para uma camada da sociedade, principalmente para as mulheres da classe média, que puderam optar pelo *home office*. A obrigatoriedade de realizar suas atividades profissionais em casa, somada à demanda de cuidado dos filhos, bem como a responsabilidade de cuidar e organizar a casa, escancarou uma sobrecarga de trabalho insustentável e muitas vezes invisível.

- “Todas as mulheres desejam a maternidade?”

O terceiro eixo de análise busca compreender a conflitiva atual que se estabelece em relação à difícil escolha pela vivência ou não da maternidade. Essa decisão perpassa a pressão que, apesar das mudanças socioculturais, ainda é exercida sobre as mulheres na sociedade e na cultura, atravessada pela ideia de que a maternidade só pode ser vivida contemplando sentimentos de realização e amor incondicional.

- “Como ser mulher e mãe na contemporaneidade?”

Esse eixo de análise contempla dois tópicos de discussão, os quais se relacionam entre si: “*Como nasce uma mãe na pandemia?*” e “*O que cabe no desejo de uma mulher que é mãe?*”. O primeiro tópico, parte da possibilidade dada pelo material coletado de pensar sobre como as mulheres que são mães experienciaram a construção de suas maternidades em meio à pandemia e isoladas. Isso abriu brecha para refletir acerca do processo de vir-a-ser-mãe para além do contexto pandêmico, a partir de elementos comuns encontrados nos relatos. Já no segundo tópico, buscou-se comentar a respeito da disjunção existente entre “ser mulher” e “ser mãe”.

- “Que mulher existe no laço social? A (im)possibilidade de ser sujeito.”

A construção deste eixo de análise teve como objetivo pensar o que está presente no discurso social, para além das questões voltadas à maternidade, que configura e revela o que é ser mulher enquanto sujeito na atualidade, como àqueles aspectos voltados para questões estéticas e de vaidade.

5.1 A “dona de casa” é dona de quê?

“Bom, não tem sido nada fácil. Estressante, eu diria. Acumular as funções de mãe, dona de casa, home office, estudante e ainda fechada há mais de 100 dias dentro de casa é desgastante, difícil, cansativo” (Relato 125).

Foram diversos os relatos que evidenciaram que a casa é território feminino. Ao lê-los, uma inquietação constante passou a atravessar os blocos de palavras que iam compondo cada relato: a mulher é, de forma legítima, a dona da sua casa? Acredito ser importante esclarecer que faço uso do termo “dona de casa” no sentido de propriedade e, a partir disso, trago mais uma pergunta, a qual foi se construindo à medida que os relatos das mulheres foram ecoando em minha leitura: metaforicamente, não seria a casa proprietária da mulher? Por muito tempo, na história, o espaço privado do lar marcou o lugar da (não) existência da mulher, no qual o homem carrega(va) a insígnia do poder e a mulher sustenta(va) a insígnia da falta, da inferioridade e da incompletude.

Pinsky (2015) cita que nos considerados “anos dourados”, por volta de 1950, estar na condição de mãe, de esposa e de dona de casa representava parte da essência feminina, sendo o destino natural de toda mulher¹⁰. Apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, fora do âmbito doméstico, os preconceitos em relação ao trabalho da mulher eram evidentes, pois argumentava-se que ao passo que trabalhasse fora, a mulher deixaria suas funções conhecidas como primordiais, colocando a organização familiar em risco.

Dessa forma, no momento em que a autora sinaliza que ser mãe, esposa e dona de casa faziam parte da essência feminina, afirma que essa era a representação social da época, ou seja, esses lugares eram os que marcavam e estabeleciam a identidade das mulheres - cultural e socialmente. Acerca disso, Rocha-Coutinho (2004) registra que a definição da identidade feminina “sempre caminhou paralelamente a uma maciça discriminação das mulheres” (p. 4). Por serem atribuídas a elas competências consideradas dispensáveis à vida pública foram excluídas das esferas de poder e influência social, já que, pela visão histórica, ser mulher implicava, necessariamente, em ter uma vida pautada no casamento, na maternidade e sendo dona de casa.

Ou seja, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que nada pertencia à mulher, enquanto propriedade, histórica e culturalmente, ela foi sendo colocada como alguém responsável pela

¹⁰ Aqui “toda mulher” se refere a um recorte que contempla mulheres brancas e de classes abastadas, não sendo possível, portanto, um entendimento universalizante.

sustentação psíquica do lar e da família. Acerca disso, Favaro (2007) refere que a mulher foi vista, ao longo do tempo, como um elemento agregador imprescindível, sem a qual a unidade familiar não sobreviveria. A devoção e o sacrifício em prol dos filhos e da sua família, somados à presença constante e vigilante da mãe surgiram no discurso social como valores essenciais e inerentes à natureza feminina, principalmente após a mulher passar a ser considerada objeto de interesse médico (Schiebinger, 1991). Tudo isso fez com que surgisse certa valorização da mulher-mãe, devido às responsabilidades assumidas pela mulher em relação ao lar, ao marido e aos filhos. No período que se seguiu à II Guerra Mundial, por exemplo, a mulher passou a ter o lugar de rainha do lar (Rocha-Coutinho, 1994), já que era dotada de grande poder e responsabilidade, porém, tais traços não poderiam ultrapassar o domínio doméstico (Moura e Araújo, 2004).

Apesar das conquistas no âmbito público pelas mulheres, ainda é forte o ideal de que à mulher que é mãe cabe a sustentação do lar, como elucidado pelo seguinte relato:

“Sou mãe de duas crianças: 5a e 1a10m. Minha bebê estava começando a ter mais autonomia. *Eu achava que 2019 tinha ficado pra trás, e eu passaria a me sentir uma pessoa novamente, e não só uma estrutura familiar.* Todos meus planos vieram abaixo com a pandemia. Marido passou a trabalhar de casa. Tive que sair às pressas comprar os móveis para ele montar a estrutura dele de acordo com suas necessidades antes que as lojas fechassem. E meu filho parou de frequentar escola. *Cancelei todos meus planos de 2020.* Dispensei os serviços da secretária do lar e passei a fazer o serviço da casa, a cozinhar todos os dias (antes era dia sim, dia não). Fazer faxina. Lavar roupas. Estimular a filha pequena para evolução compatível com a idade dela (ela ia iniciar a creche, e desisti), ensinar o filho mais velho a ler (aqui na Inglaterra, o Processo de alfabetização começa mais cedo), além de todas outras atividades próprias para o crescimento dele. Passei a estudar, quando dava, como os ingleses aprendem a ler, estudei a técnica deles para poder ensinar meu filho a ler e não ficar tão pra trás. Assisti muitos vídeos. Fiz assinaturas em sites de home learning. Virei professora da maneira que deu. No meio da limpeza da casa, da pilha de roupa para dobrar ou passar. E as 23:00, inicia meu expediente de home office, que segue até as 3:00 da manhã. Às 8h estou de pé. Ainda estou nesse ritmo. *Continuo sendo só um pilar em 2020. Mas com saúde e todos seguros e bem. Com fé que em 2021 voltarei a ser uma pessoa, e não só uma estrutura*” (Relato 37, grifo meu).

São vários os pontos que chamam a atenção nesse relato, aqueles que saltaram aos olhos da pesquisadora que aqui escreve estão grifados no corpo da citação. Foram tantas as tarefas citadas pela mulher que percebi que a cada leitura que ia fazendo do relato ia ficando sem fôlego, cansada, quase que sufocada. Como pesquisadora em psicanálise, não posso ignorar

essa sensação. Por um tempo, antes de iniciar a escrita da análise, me perguntei por qual caminho interpretativo seguiria este escrito. Apesar de norteador pelo objetivo proposto, acredito ser importante compartilhar momentos em que fica claro o atravessamento da temática pelo pesquisador, marcando a ocorrência do fenômeno transferencial.

Angustada pela leitura do relato acima e tomada pela profundidade do seu conteúdo, noite dessas tive um sonho que impulsionou algumas reflexões e que acho pertinente compartilhar: sonhei com um polvo. Um polvo que possuía uma barriga como uma grávida. Porém, um polvo sem rosto, não tinha cabeça, não tinha face. Era um polvo tomado de tentáculos. Esses tentáculos seguravam, como em um movimento de um equilibrista, diversos elementos. Eram pratos, uma casa, homens, bebês, papéis, espelhos e muitas outras coisas das quais não lembro. Acordei atordoada, parecia que eu havia passado por uma cirurgia, fiquei tonta e, em seguida, me pus a pensar no sonho e nos seus significados. Tentei fugir de algo da ordem interpretativa, mas algumas questões foram vindo à minha mente, e me coloquei a escrever.

Muitas foram as mudanças culturais e sociais sofridas pela mulher ao longo dos tempos, desde as bruxas e loucas, passando pelas históricas de Freud. Estas mudanças marcaram a emergência do rompimento da mulher com o espaço privado do lar, no qual ela se restringia a cuidar da casa, dos filhos, sendo “dona” de casa, esposa exemplar e mãe dedicada. Essas referências, que contemplaram historicamente o que é ser mulher, vão desde a história de Maria de Nazaré, escolhida para ser mãe de Jesus, em função de sua virgindade, sendo uma mulher modelo, já que, é ao mesmo tempo virgem e mãe, passando pela visão sagrada do casamento, o qual possuía o objetivo de procriar e manter a espécie, sendo o sexo por prazer, portanto, algo da ordem do pecado, até a ideia de maternidade instintiva, na qual o amor é o único sentimento possível (Costa, 2007). Tudo isso contribuiu para manter a mulher dentro de casa enquanto responsável pela ordem do lar, cumprindo com sua função biológica, o cuidado e a educação dos filhos. Ou seja, historicamente, a mulher teve a sua existência limitada ao desejo do outro e a imperativos sociais e culturais: a pureza, a virgindade, o casamento, a fidelidade, o cuidado do lar, o cuidado do esposo, a negação da sua sexualidade, a gestação, o instinto materno, o amor materno, o cuidado com os filhos, a educação das crianças...

Tudo isso demonstra que, há muito tempo, a mulher vem tentando lidar com um excesso de demandas do cotidiano, o que vem resultando em um verdadeiro acúmulo de funções. Esse acúmulo, escancarado pela vivência da pandemia, têm provocado reflexões, principalmente por parte das mulheres, acerca do seu lugar e função dentro da família: uma estrutura, um pilar? A que custo se mantém uma casa em pé, “...com saúde e todos seguros e bem...” (Relato 37)? É

inegável que, mais uma vez, a mulher tem perdido nesse jogo, sobretudo em relação a sua saúde mental.

A colocação: “...*Continuo sendo só um pilar em 2020...*” (Relato 37), me remete a pensar em como é possível, então, transcender a privação do lar? Ainda que as mulheres tenham feito movimentos significativos em busca de outras formas de pertencer, a percepção de ocupar esse lugar de pilar que sustenta e dá contorno ao significado de família pela mulher demonstra que a limitação e o aprisionamento vivenciados pelas mulheres dos séculos passados segue entre nós, fazendo parte do imaginário do que é ser mulher na atualidade. Conforme sinalizado por Aiello-Vaisberg, Gallo-Belluzzo e Visintin (2020), passar a fazer parte da dinâmica de trabalho fora do âmbito doméstico permitiu às mulheres maior independência financeira, bem como marcou uma experiência de realização pessoal distinta daquelas previstas como naturais ao universo feminino. Porém, tal conquista não foi suficiente para alterar o que há no imaginário social sobre a figura da mãe e sua relação com os filhos. Assim, ao mesmo tempo em que se é uma profissional ativa, segue-se sendo a principal cuidadora destes. Um estudo realizado por Canavê, Farias e Luczinski (2021), no contexto da pandemia, reafirmou o quanto as questões acerca do cuidar recaem majoritariamente sobre as mulheres, ocupando grande parte da vida delas, resultando em sentimentos de cansaço, exaustão, medo, sensação de não conseguir dar conta de tudo e ansiedade.

Em relação à experiência pandêmica, ela parece ter descortinado a carga de trabalho, física e mental, presente na vida das mulheres há muito tempo, a qual se atravessa pela hierarquia de gênero. Nesse sentido, pensamos que toda essa carga passou “despercebida” e foi sendo mascarada pela presença da rede de apoio, de ajudantes responsáveis pelas tarefas da casa, bem como pela ida das crianças à escola, apoio esse que, geralmente, é realizado por outras mulheres.

Em meu sonho, o polvo cheio de tentáculos representa a mulher que é mãe tentando dar conta e equilibrar as tarefas que lhe são impostas, simplesmente por ela ser mulher, acrescida das atividades que derivam do seu desejo e que contemplam a história de cada uma. A partir disso, novamente, retomo a pergunta inicial que emergiu da leitura dos relatos: a mulher é, de forma legítima, a “dona” da sua casa? E em tempo, coloco outra questão que considero pertinente e que irá embalar os escritos que seguem: É possível que o desejo de uma mulher, enquanto sujeito, se sobressaia às imposições da sociedade à mulher?

5.2 A pandemia demarcou o retorno da mulher à centralidade do lar?

“Tem sido desafiador, pois aqui em casa as atividades domésticas e de cuidado dos filhos ainda recai mais sobre as mulheres. Meu marido participa bastante, mas não o suficiente para dizer que dividimos de maneira igualitária estas tarefas, pois a gestão, além de tudo, ainda é toda minha. É bem cansativo muitas vezes, e o pior é muitas vezes *estar esgotada e ter que explicar que tem uma sobrecarga e um trabalho invisível*. Esta pandemia vem nos desafiando a entender e valorizar o trabalho doméstico, mas *muitos homens ainda se esquivam ou mantêm a cultura do público x privado dos papéis de gênero*. *Só que neste momento, o público adentrou o privado*, e equilibrar isto tem sido desafiador” (Relato 240, grifo meu).

Esse retorno das mulheres à centralidade do lar, forçado pela pandemia, produz um recorte em que se unem dois ideais distintos: um predominante no passado, de acordo com o qual a mulher deveria ser esposa dedicada e mãe devota, ao marido e aos filhos; e outro que parece ser predominante no presente, que coloca que a mulher deve ser esposa, mãe, profissional e/ou exercer, ser e ocupar diversas outras funções e papéis. A questão é que pela união desses dois ideais, a mulher precisa viver como equilibrista.

Historicamente, as três ondas do movimento feminista trouxeram à tona temas emergentes pautados e atravessados pelo tempo histórico. A primeira onda buscava a paridade social entre os gêneros; a segunda, teve como marco o questionamento da maternidade como forma de dominação das mulheres e; a terceira acendeu debates sobre o patriarcado, propondo que reconfigurações fossem feitas na visão acerca da família, do trabalho e do gênero (Lago, 2012).

A maternidade, invariavelmente, fez e ainda faz parte das discussões desse movimento, culminando em muito daquilo que se pensa hoje sobre o que é ser mulher e seus desdobramentos (Neder, 2016). Fato é que algumas mulheres se beneficiaram de forma mais direta dos resultados das discussões levantadas pelo movimento feminista. A conquista que permitiu o acesso aos espaços públicos de trabalho e de formação acadêmica, por exemplo, adicionou mais uma possibilidade ao “ser mulher”. Porém, com a pandemia, as mulheres que puderam sair do âmbito doméstico para trabalhar e estudar, tiveram que, obrigatoriamente, retornar ao lar e, com isso, reassumir funções que antes eram realizadas pelas mulheres que não tiveram a oportunidade de acessar as mesmas formas de trabalho e estudo que as suas.

As mulheres estarem confinadas no lar e o fato deste estar sob os holofotes as coloca em uma encruzilhada, a qual “retira” do campo do invisível atividades de cuidado que eram compartilhadas com outras mulheres - avós, babás, cuidadoras, educadoras, ajudantes do lar,

etc. Porém, a dimensão subjetiva do cuidado tem seu preço no repertório que inclui ser mulher e mãe e é nesse momento que, como bem sinalizado pela antropóloga Débora Diniz (2020), a pandemia passa a ter gênero.

Ou seja, compreende-se que as reivindicações do movimento feminista que ocorreram da metade ao final do século XX inspiraram mudanças na concepção do papel feminino em nossa sociedade. As transformações oriundas desses movimentos proporcionaram à mulher mais espaço para desenvolver atividades que não apenas as de esposa e mãe, dando abertura para que o homem também pudesse se inserir de forma mais articulada como personagem integrado à dinâmica familiar. Tais reivindicações sobre o uso do termo gênero foram se multiplicando e demarcando a existência de uma base social na qual há diferenciação entre homens e mulheres (Scott, 1995).

Porém, apesar das conquistas colhidas pelo movimento e mesmo após tantas transformações socioculturais que resultaram em maior igualdade nos papéis de gênero e nas relações familiares, ainda se encontra em processo a superação das diferenças consolidadas pelo tradicional, uma vez que tais diferenças são reafirmadas, a todo momento, por discursos sobre o quão essencial é a presença da mulher-mãe como única responsável possível no cuidado e desenvolvimento dos filhos, negando ao homem um papel relevante.

“Muito difícil. E fazer tudo isso e trabalhar em home office tem sido ainda mais complicado. De um dia para o outro deixamos de ter faxineira, escola para a filha de 3 anos e a trabalhar somente em casa. Eu já estava acostumada a trabalhar em casa e parte de minhas tarefas era feita assim, mas geralmente eu aproveitava o turno em que minha filha estava na escola para isso. Agora, meu dia é dividido entre trabalho, cuidados com a filha e tarefas domésticas. Antes contávamos com uma faxineira 2x por semana. Apenas há um mês chamamos ela de volta e agora somente a cada 15 dias, para não ficarmos tão expostos. Também contávamos em 3 manhãs x semana com uma babá para nossa filha, que ia à tarde para a escola. Essa rede de apoio foi perdida, ou significativamente reduzida. As tarefas domésticas tomam conta de muito tempo do dia, pois se multiplicaram com a pandemia. *Embora eu e meu marido façamos uma divisão, esta geralmente é desigual e tende a pesar mais para o lado das mulheres. Isso faz com que eu me sinta bastante esgotada.* O trabalho teve que ser adaptado do dia para a noite. Eu e meu marido nos organizamos em turnos de trabalho, mas *eu sou bem mais requisitada por minha filha quando estou trabalhando do que ele.* Em alguns momentos, ele também não tem tanta paciência com ela e ela bate na porta do escritório chorando e pedindo por mim. Esses são geralmente os piores momentos de trabalho, aqueles em que tenho vontade de largar tudo e chorar junto. Sou cobrada por produtividade no meu trabalho e me sinto péssima, pois não tenho a menor vontade de produzir. Gosto do meu trabalho, adoro o contato com estudantes, mas fazer mais do

que isso nesse momento tem sido muito difícil. Ler, pensar e escrever é muito complicado quando se é constantemente interrompido. Por isso, temo perder o emprego e ele é muito importante para a nossa renda familiar, o que me deixa ainda mais estressada. *Sinto inveja dos colegas homens, que, apesar de terem filhos, estão produzindo horrores, dando mil palestras online e cuja vida parece não ter sido nada afetada. Sinto inveja das colegas mulheres que não tem filhos ou tem filhos mais velhos, que não demandam tanto, e conseguem produzir também.* Lidar com as angústias da minha filha também tem sido difícil. A gente diz que tudo vai ficar bem, mas, agora que estamos há 4 meses de quarentena, não acredito mais tanto nessa verdade. Pensar que a escola talvez retorne só ano que vem me deixa muito mal. Fico preocupada com o desenvolvimento dela. Ela sempre foi muito sociável e é filha única (e não há outras crianças na família). Então, a escola era fundamental também para essa socialização. Fico preocupada com o quanto absorve das nossas angústias. Temo que esse momento deixe sequelas ruins para ela e toda essa geração de crianças. Penso em recontratar a babá, para ela ter alguém disponível mais tempo para ela e para também termos mais folgas e podermos estar mais inteiros e com maior disposição ao cuidar dela, mas também tenho medo de uma maior exposição ao contágio. Todas as decisões são sempre muito complexas e tomadas levando em conta muitas variáveis e nada é fácil. Foi assim também com os avós. Ficamos algum tempo sem vê-los e decidi retomar o contato quando percebi que isso estava afetando muito minha filha de forma negativa. Ao mesmo tempo, fico com medo e me sentindo culpada por eles estarem mais expostos a riscos. *Ser mulher e mãe, por fim, é também ser cuidadora, e isso se estende aos idosos da família.* Para minha sogra, gerencio compras, incentivo o marido a ligar e cuidei até de atendimento psiquiátrico por conta das crises de ansiedade que passou a ter. Ela não usa celular e nem internet e manter algum contato com ela é ainda mais difícil. Meus pais são menos dependentes, mas tem mais dificuldades em seguir algumas regras do isolamento, e isso é muito estressante. *A sensação é de que estamos sempre cuidando: da casa, dos filhos, dos idosos. E pouco somos cuidadas. Digo que, se sobrevivermos, será preciso ver o que vai restar de nós. A sobrecarga é descomunal e nunca foi tão pesada.* Não há nenhuma folga, não há fim de semana, não há perspectiva de férias. É apenas um dia após o outro. Ao mesmo tempo, e apesar disso, ser mãe neste momento traz perspectivas que eu não teria se não tivesse minha filha. Apesar da turbulência lá fora, a criança te desperta todos os dias para as pequenas alegrias da vida, para a simplicidade, para o cotidiano, para as pequenas conquistas, para os avanços do desenvolvimento. E isso é mágico e faz a gente esquecer um pouco tudo o que está acontecendo, fazendo com que a gente tenha que levantar todo o dia para estar disponível para quem mais precisa da gente, para dar e receber todo esse amor. Acho que é isso (e a minha análise, que segue on line agora), o que tem me mantido sã nesse período. No entanto, *confesso que são dias muito difíceis e nos quais a culpa materna se multiplica ainda mais*” (Relato 305, grifo meu).

Mais uma vez, cabe trazer que apesar da rígida divisão dos papéis de mulheres e homens no espaço doméstico ter sido questionada, ainda é prevalente a ideia de que ‘mãe é mãe’ e de

que ela é a principal responsável pelos filhos, enquanto ao pai cabe a função de prover financeiramente a família (Rocha-Coutinho, 2003, p. 16). Situação que gera problemas como os destacados pela participante da pesquisa, a qual relata que “*Embora eu e meu marido façamos uma divisão, esta geralmente é desigual e tende a pesar mais para o lado das mulheres. Isso faz com que eu me sinta bastante esgotada*” (Relato 305).

Esse esgotamento presente nos relatos de grande parte das mulheres que responderam à pesquisa, mostra que as tradicionais concepções seguem no imaginário coletivo produzindo nas mulheres sentimentos de angústia e culpa, já que, quando possuem trabalhos formais, passam a considerar que não dedicam tempo adequado e suficiente aos seus filhos. Ou seja, a questão em voga é que a entrada das mulheres no espaço público não apareceu acompanhada de uma revisão dos limites e responsabilidades ditos femininos.

Nesse movimento, a marca da naturalização do cuidado como ligado à figura da mulher segue viva e designando, enquanto prescrição social, que ao homem cabe o trabalho público e à mulher cabe, além do trabalho público, o trabalho que envolve o cuidado do lar, terceirizado ou não. Embora atualmente haja uma conscientização feminina de que “*muitos homens ainda se esquivam ou mantêm a cultura do público x privado dos papéis de gênero*” (Relato 240), ainda assim, há uma determinação velada às mulheres (Neri, 2014), tornando difícil a elas desvincular-se desse papel de cuidado e assistência.

Dados históricos mostram que a visão que se tem da mulher como aquela que nasce capacitada ao cuidar, simplesmente por ser mulher, foi construída por volta dos séculos XVIII e XIX. Nesse período, a devoção e presença vigilantes da mãe surgiram como primordiais à preservação e sobrevivência da criança. Nas classes favorecidas, a mulher passou a assumir, além da função de nutrícia, também a função de educadora e, muitas vezes, a de professora. Porém, à medida que as responsabilidades femininas iam aumentando, crescia também a valorização ao sacrifício da mulher em prol daqueles que compunham seu lar, sustentados pelo discurso médico e filosófico como algo inerentes à natureza feminina. Dessa forma, se por um lado, tudo isso permitia à mulher ter e ocupar um lugar, ao mesmo tempo, quando afastava-se de tais ideais, era invadida pela culpa, inadequação ou anormalidade, visto que contrariava a natureza, sendo isso explicado como um desvio ou uma patologia (Moura & Araújo, 2004).

Colares e Martins (2016, p. 44) trazem que: “...a mulher recebe a conotação de sempre servir à sociedade, uma produtora biológica que não teria voz, que não existiria como um ser individual, anulando-se o desejo, anulando-se o sujeito.” A partir dos relatos, pôde-se compreender que essa dificuldade em descolar a ideia de que cuidado é uma atividade exclusivamente feminina é um debate considerado urgente e que não pode mais ser postergado,

demonstrando que o entendimento acerca do cuidar deve, necessariamente, transitar pela discussão de gênero. E, para além disso, não se pode negar que sair desse lugar de cuidadora implica abrir mão de um reconhecimento social que, mesmo de forma indireta, confere um lugar de sujeito para as mulheres.

É em função dessa normatividade que agrupa ser mulher e ser cuidadora que muitas delas acabam - na vida com e/ou sem pandemia - assumindo jornadas de trabalho extras, contribuindo para a sensação, bastante presente nos relatos, de sobrecarga, a qual denota um adoecimento psíquico não reconhecido: *“A sensação é de que estamos sempre cuidando: da casa, dos filhos, dos idosos. E pouco somos cuidadas. Digo que, se sobrevivermos, será preciso ver o que vai restar de nós. A sobrecarga é descomunal e nunca foi tão pesada”* (Relato 305).

Cabe fazer um adendo em relação às mulheres, profissionais da saúde e trabalhadoras da linha de frente no enfrentamento à pandemia de Covid-19, as quais não puderam optar por trabalhar de forma remota. Essas mulheres, algumas mães, além de terem que lidar com as demandas de suas casas, tiveram que, diariamente, encarar o medo e o risco de contaminação e transmissão inerentes, em função da pandemia, à sua profissão (Canavê, Farias & Luczinski, 2021).

5.3 Todas as mulheres desejam a maternidade?

“Horrrível. É preciso lidar todos os dias com a raiva, medo, solidão e *repensar as escolhas e a como a vida seria se eu não fosse mãe*. Me sinto sobrecarregada não só com afazeres domésticos mas em ter que lidar com as minhas emoções e as da minha filha. Me colocar no lugar dela como criança, porém *quem se coloca no lugar de uma mãe solo?* Muitas vezes eu só queria estar sozinha, descansar e viver um tempo pra mim. Ser mãe em tempos de pandemia é angustiante, tenho medo da minha filha adoecer e que eu adoça, a incerteza sufoca; a falta de divisão de tarefas esmaga. *Sinto falta da minha individualidade, eu sou mãe e antes disso, mulher*” (Relato 284, grifo meu).

Pensando acerca da conflitiva atual que se estabelece em relação à escolha ou não pela maternidade na vida de muitas mulheres e lendo os relatos recebidos me deparei com alguns questionamentos: Será que parte desse conflito surge pelo fato das mulheres terem uma maior “liberdade” de questionar acerca do seu desejo ou não em relação à maternidade? E ainda, considerando que para muitas essa conflitiva torna-se consciente apenas após a construção da maternidade, quais as possíveis repercussões do desejo da mulher frente à pressão e ao discurso social pró-maternidade e à imposição sócio-histórica?

Como a vida seria se eu não fosse mãe? (Relato 284) É fato que, socialmente, ainda se espera que muitas mulheres - senão todas - optem pela maternidade em detrimento da vivência de outros desejos, como o foco nas experiências profissionais, por exemplo. É em decorrência disso que, segundo Moraes (2010), uma grande quantidade de mulheres opta por gestar, não como parte do seu desejo, mas por uma dificuldade de questionar essa imposição social.

As possibilidades de escolha abertas às mulheres são relativamente recentes, tendo sido firmadas apenas no decorrer do século XX (Scavone, 2001). Por muito tempo, segundo Zalberg (2017), as próprias mulheres não vislumbravam outra saída para ser sujeito se não a partir da maternidade. Nesse sentido, escolher ser ou não mãe não é algo fácil, já que, para muitas, o desejo da sociedade, do companheiro, da família acaba prevalecendo sobre o seu, dando abertura para que, mais tarde, se arrependam, pois não puderam dedicar-se à realização dos seus próprios desejos. Enquanto não havia a possibilidade de olhar para a maternidade como uma escolha, sendo ela apenas um destino, a opção de ser ou não mãe não se colocava como questão na sociedade. Porém, no momento em que se pode, um pouco mais livremente, falar sobre isso e, principalmente, optar por ocupar ou não esse lugar, talvez isso gere uma dose de sofrimento e ambivalência na vida das mulheres.

Aquelas que não se encaixam dentro do ideal mulher-mãe, enquanto unidade, ainda são estigmatizadas por negarem sua condição natural. Porém, sabe-se que optar por ser mãe não

traz garantias ao materno (Badinter, 2011). Ao mesmo tempo, pode-se pensar que negar a maternidade é negar uma possível identidade, a qual pode fornecer condições para que a mulher exista. Essa ideia reforça que ter ou não filhos é uma discussão que está além do biológico, pois contempla, também, às mulheres, a possibilidade de ocupar uma função e um lugar, socialmente.

Quando se fala em maternidade, a partir de Freud, tem-se como possibilidade da menina tornar-se uma mulher *de verdade*, a via da maternidade. Desejar tornar-se mãe, na psicanálise freudiana, diz respeito a uma movimentação pulsional em busca de satisfação, na qual o sujeito se sentiria em completude (Freud, 1932/1996), ou seja, a partir da gestação, a mulher poderia identificar no bebê um objeto que a mobilizaria em sua própria existência. Todavia, é sabido que tal objeto não possui a capacidade de retirar por completo seu vazio. É dessa forma que a maternidade, ao passo que tenta responder a questão fálica em uma mulher, a coloca, também, frente ao ilimitado, reportando-a a sua falta (Couto & Mattos, 2015). Assim, mesmo o bebê inscrevendo-se como significante do desejo da mãe e ocupando o lugar de atributo fálico, não é impeditivo que o desejo da mulher continue se inscrevendo, já que esse não cessa e se movimenta em busca de outros objetos, pois sempre há algo que falta.

Em tempo, cabe sinalizar que há uma diferença entre os processos de gestar e materno, os quais ocupam e traduzem realidades distintas na vida das mulheres. A gravidez é o período de, aproximadamente, quarenta semanas desde o momento da concepção até o parto e nascimento. É uma fase em que ocorrem mudanças corporais na mulher, acompanhada de vivências psicológicas. Já a maternidade, diz respeito, a uma experiência de inscrição que parte de uma dinâmica que envolve aspectos da própria história da mulher, da sua relação com a sua própria mãe e sua família, do social e da cultura, na qual estão presentes cuidados e afetos de ordem psíquica (Correia & Leal, 1989).

O despertar da psicanálise a respeito do questionamento sobre ser ou não mãe surge com base no primordial que há em tal teoria: ser leitora dos modos de vida, os quais acompanham a passagem do tempo social, histórico e cultural. Quando o materno entrou para o campo da possibilidade fez-se necessário, portanto, ouvir aquilo que as mulheres estavam comunicando para além da literalidade das suas falas, conteúdo que ficou ainda mais evidente considerando o viés e a vivência pandêmica.

Conciliar maternidade e trabalho configura-se como um desafio para as mulheres do século XXI. Em meio a uma pandemia, sem rede de apoio, sem uma divisão igualitária das tarefas e sem um momento de individualidade, como é a experiência de muitas mulheres que são mães em distanciamento social, esse desafio ganha outras proporções, já que “*cuidar de*

crianças parece ser uma tarefa "automaticamente" feminina, mesmo que a dinâmica da família indicasse o contrário” (Relato 291).

Orna Donath, em seu livro “Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade” (2017), traz um contraponto que marca a dificuldade do social e a preocupação da cultura em não destruir a imagem mítica de mãe. Segundo a autora, sabe-se que a maternidade pode ser um momento de experimentação e o contato com sentimentos de realização, alegria, amor, conforto, orgulho e satisfação. Porém, sabe-se também, que a maternidade pode ser, ao mesmo tempo, “uma arena saturada de tensões e ambivalência” (p.10) que pode causar às mulheres, impotência, frustração, culpa, vergonha, raiva, hostilidade e decepção. Muitas mulheres sentem que tais sentimentos são invalidados, pois não contemplam o que é dito sobre amor incondicional, já que “mesmo que as mães enfrentem dificuldades, não é esperado nem permitido que sintam e pensem que a transição para a maternidade foi um movimento infeliz” (Donath, 2017, p. 10-11).

Nessa mesma linha de pensamento, Mansur (2003) considera a escolha por não ter filhos um grande desafio, já que a sociedade não aceita a escolha da mulher pela não maternidade. Tudo isso faz com que mulheres com filhos, quando tem os sentimentos referidos acima se sintam excluídas e fora da “normalidade”. Na tentativa de tornar público tais sentimentos e quebrar com a ideia da maternidade como um romance, ou ainda, como única escolha de vida possível, as mulheres buscaram, nas últimas décadas, reformular antigos valores morais e sexuais. Porém e apesar disso, ainda há uma confusão do lugar da mulher, principalmente quando diz respeito à maternidade, pois valores antigos se chocam com os valores atuais (Bruns & Almeida, 2010).

“Tem tido altos e baixos. Somos apenas eu e minha filha. Tenho tido crises de ansiedade, pois além de tudo, estou trabalhando (professora) e isso tem exigido um tempo MUITO grande do meu dia Não tenho me visto com individualidade, bastante frustrada em relação ao trabalho e *questionando muito o meu "ser mãe"*. Minha filha está entrando na adolescência (13 anos) então algumas de nossas discussões tem sido devido a isso. Tenho sentido falta de receber colo” (Relato 22, grifo meu).

Fato é que, talvez o grande desejo das mulheres seja serem vistas como sujeitos. Quando se permite uma escuta às mulheres, como Freud fez com as histéricas, pode-se compreender que o que se quer é liberdade, sem a condição de ter que amparar seu desejo naquilo que a sociedade exige dela (Nunes, 2011).

5.4 Como ser mulher e mãe na contemporaneidade?

“Tem sido exaustivo, se em tempos ditos normais já era difícil, agora eu garanto que está sendo quase que insuportável. Literalmente não tenho tempo pra mim, como mulher já não sei mais o que é ter que me cuidar, tirar um tempo para mim, mas o pior mesmo são os outros papéis que surgiram devido a demanda da situação, se já não bastasse as várias funções que exercemos no dia a dia (mãe, esposa, profissional) agora tenho que ser professora, de ensino fundamental 1 e de educação infantil 2, tudo quase que simultaneamente, manter o equilíbrio emocional, adquirir técnicas de ensino, tentar fazer as crianças seguirem uma nova rotina sem sobrecarregá-las e ao mesmo tempo tendo que ceder a fim de amenizar um pouco a tensão. Ajudá-las nas questões emocionais, que a cada dia vem afetando elas. Isso tudo está sendo muito exaustivo. Quase uma missão impossível manter o equilíbrio emocional” (Relato 298).

Refletir sobre a mulher e a maternidade na contemporaneidade implica pensar as características da época que se propõe analisar. Com isso, demarco que as análises que contemplam o próximo tópico dizem respeito a um período específico da história e que as vivências de mulheres que são mães em tempos de pandemia trouxeram elementos para pensar o processo de tornar-se mãe para além desse contexto, porém sem desconsiderá-lo, já que o mesmo é um atravessador importante.

5.4.1 *Como nasce uma mãe na pandemia?*

Antes de adentrar ao tópico de análise “*O que cabe no desejo de uma mulher que é mãe?*”, proponho um recorte acerca de como se dá psiquicamente, a partir da experiência relatada pelas mulheres que responderam à pesquisa, o nascimento e a construção de uma mãe. A experiência do advir como mãe emerge a partir da sua narrativa singular. Narrativa essa que encontra ressonância com a realidade biológica, mas que é tecida no curso de vida singular e subjetivo de cada sujeito. Ou seja, o modo como cada mulher irá experimentar esse período de transformações está diretamente conectado com a sua história pessoal anterior e, também, ao contexto no qual a sua gravidez se insere. Dessa forma, é fato que não existem garantias de que os nove meses - ou menos, nos casos de partos prematuros - serão suficientes para a mulher gestar a sua própria maternidade.

Como já referido, o lugar social dado às mulheres pela maternidade se desdobrou em concepções naturalizadas, nas quais a experiência da maternidade foi, e de certa forma permanece, intrincada ao desejo feminino. A normatização da maternidade como destino de

todas as mulheres e a romantização dessa experiência como plena e imersa apenas em sentimentos da ordem da realização e do amor incondicional não retratam o real da maternidade. Tais concepções e ideais referentes à maternidade passam pelo campo da cultura e incidem diretamente no processo de subjetivação individual que em um emaranhado com o entorno da mulher e a sua história, compõem experiências da maternidade.

Nós, como seres de linguagem, fazemos escolhas orientadas a partir da nossa história pessoal e do lugar que ocupamos social e culturalmente. Ter a opção de escolher a vivência da maternidade é, como referido anteriormente, algo recente no percurso feminino. A universalidade do gestar, fruto do aparato biológico carregado no corpo da mulher, o absolutismo em relação ao instinto materno, a aptidão para cuidar e educar, entre outras funções designadas ao fazer feminino, são leituras produzidas através do social e da cultura, muitas vezes vistas como homogêneas e dominantes. Ou seja, a reprodução era vista ao mesmo tempo como instinto, questão religiosa e dívida com a sobrevivência da espécie.

Tudo isso vai de encontro ao nascimento psíquico de uma mãe, já que, sabe-se que cada mulher irá gestar a sua maternidade e, assim, se construir como mãe conforme seus movimentos internos. Dessa forma, partindo da ideia de que todo nascimento comporta certo grau de angústia e remanejamento psíquico, pensemos que não poderia ser diferente quando se trata do nascimento de uma mãe, o que demarca a importância de diferenciar a maternidade da capacidade reprodutiva da mulher.

Destaco o seguinte relato e algumas frases em específico para analisarmos:

“Descobri que estava grávida em outubro de 2019. Em março, *quando iniciou o isolamento, coincidiu com a fase em que a barriga estava visível e se inicia aquele período de reconhecimento e de compartilhamento da gravidez.* E eu não pude viver isso. *Foi uma gestação muito diferente da que vivi com minha primogênita, há 11 anos atrás.* Aquela alegria de poder compartilhar a evolução da gravidez com a família e amigos, já não pôde ser vivida. Chá de bebê, preparo do enxoval, tudo foi diferente. Tivemos que viver e curtir esse período de outras maneiras. E, então, o mesmo acontece desde que a bebê nasceu. Sinto muita falta de viver a maternidade acolhida pelas pessoas que amo e que gostaria que estivessem por perto. *Já vivemos uma espécie de solidão em alguns aspectos da maternidade e o isolamento social vem reforçar, potencializar essa solidão. Temos que inventar formas de viver a maternidade e a história que vai se construindo com a chegada do bebê, além da própria história e crescimento da bebê, de outras formas.* Tenho uma vontade tremenda de poder compartilhar a minha vivência com as pessoas que comumente eu convivia. E não posso. Entretanto, tenho que destacar que há um ponto favorável no isolamento: como sou psicanalista e já retornei ao trabalho, desde que a bebê completou 1 mês e meio, estou fazendo os atendimentos

exclusivamente on-line - o que era impensável antes da pandemia. Posso trabalhar mais tranquila, conciliando com os cuidados com ela. Meu esposo que estaria viajando muito a trabalho, segue em home office e pode estar presente acompanhando e curtindo o crescimento da bebê, além de poder dividir comigo os cuidados e atenção à ela e à minha filha mais velha. Essa rotina seria totalmente diferente se não fosse a pandemia. Então, posso dizer que há algo aí que nos favorece e abrandando todas as “perdas” impostas pela pandemia. Um último aspecto que eu gostaria de destacar é o medo. Vivo um medo muito grande de que nossa família pegue o vírus. A gravidez já foi de um cuidado extremo e depois do nascimento da bebê ele segue. Isso me assombra. Enfim, estamos tendo que reinventar a forma de viver - como todos estão fazendo -, mas, ainda, com a condição específica da vivência da maternidade. *O ser mulher, não consigo separar das minhas outras condições: mãe, profissional, esposa, filha... mas o que eu destacaria é a questão com a vaidade.* O fato de estar só em casa, num pós-parto, *me impõe uma luta entre a tendência a ficar mais à vontade, mais “largada” e, por outro lado, a vontade de estar bonita e me bem cuidando.* A pandemia me faz pensar muito nessa minha vaidade, eu diria feminina, e no que ela significa pra mim” (Relato 340, grifo meu).

Como já sinalizado, é visível, a partir do relato acima, que a maternidade se constrói a partir das especificidades da experiência da mulher, demarcando que até uma mesma mulher pode ter vivências distintas em relação à maternidade: *“...Foi uma gestação muito diferente da que vivi com minha primogênita, há 11 anos atrás [...] Já vivemos uma espécie de solidão em alguns aspectos da maternidade e o isolamento social vem reforçar, potencializar essa solidão...”* (Relato 340). Ademais, a exposição de que existem sentimentos ambivalentes em relação ao próprio processo de gestar, bem como acerca da construção da relação entre mãe e filho, reforça que ainda hoje, após 110 anos da fala de Hilferding (1911), é necessário abrir espaço para que a visão atual da maternidade não seja colocada como algo da ordem de um romance e do irreal, como destacado por Neder (2016):

Cria-se um mundo irreal, habitado por seres que não são humanos – por que os humanos sentem raiva, irritação perdem a paciência, e seus anjinhos aprendem bem cedo onde o nosso calo dói. Essa perfeição irreal envergonha a mãe e a enche de culpa. Isso pode abrir espaço para agressão, contra o filho ou contra ela mesma: falhando em suas tentativas de corresponder a essa mãe sagrada e santificada, a mulher irritada e decepcionada pode entrar em um ciclo que alterna raiva e decepção com mais culpa e esforços decepcionantes (Neder, 2016, p. 147).

Assim, a mulher, ao deparar-se com o seu bebê após o parto necessita de um tempo de elaboração, no qual possa *“...inventar formas de viver a maternidade e a história que vai se construindo com a chegada do bebê, além da própria história e crescimento da bebê...”* (Relato 340). Diante disso, a internalização da identidade materna, a qual é acompanhada da presença

de um novo ser que necessita, quase que integralmente, da presença da mãe, dá-se em tempos distintos em cada mulher.

Sobre a contemporaneidade podemos dizer que, no processo de tornar-se mãe, é comum a mulher se deparar com um conflito, já que a sociedade atual, além de cobrar da mulher que ela exerça um papel de mãe dedicada, amável e protetora, lhe cobra também excelência em diversos outros papéis, como elucidado pelo seguinte trecho do relato: “...*O ser mulher, não consigo separar das minhas outras condições: mãe, profissional, esposa, filha... mas o que eu destacaria é a questão com a vaidade. O fato de estar só em casa, num pós-parto, me impõe uma luta entre a tendência a ficar mais à vontade, mais “largada” e, por outro lado, a vontade de estar bonita e me bem cuidando...*” (Relato 340). Sobre isso Fernandes (2000) traz que:

(...) na busca de corresponder a amplitude dos ideais próprios de sua época, a mulher pós-moderna precisa ser não só a mulher ideal, mas precisa também ter o corpo ideal. Além de mãe dedicada, compreensiva e bem-humorada, a mulher deve conservar-se sempre jovem. Amante ardente e bem disposta, apresenta uma tal diversidade de interesses que consegue perseguir, com igual obstinação, os exercícios físicos necessários à manutenção do corpo ideal, assim como seus interesses culturais nos destinos da humanidade. A mulher pós-moderna deve ser realizada e bem sucedida profissionalmente, além de bonita, bem-cuidada e também economicamente independente (p. 04).

Ou seja, ao constituir sua maternidade, a mulher pós-moderna entra em conflito, pois interiorizou uma maneira universal de ser mãe, construída pela sociedade ao longo do tempo e que não considera que, atualmente, a vida da mulher tem demandas que estão para além da maternidade como única opção. Romper com esse conflito requer compreender que a maternidade é “um contínuo inventivo de reorganizações e rearranjos que lhes permite se aproximar ao almejo da experiência materna ‘ideal’ para cada uma delas” (Salazar, 2019, p. 99).

5.4.2 *O que cabe no desejo de uma mulher que é mãe?*

“... o papel de mãe se sobrepõe ao de mulher...” (Relato 18);

“... As exigências, em especial à mãe, sem tempo para mim mesma...” (Relato 73);

“... No momento estou me dedicando mais a ser mãe...” (Relato 92);

“... Sinto que ninguém nota o esforço e cansaço da maternidade!” (Relato 108);

“... momentos de muita angústia, e de falta de capacidade de ser mãe...” (Relato 111);

“... Eu estava mais a fim de ser profissional naquele momento do que mãe...” (Relato 121);

“... A mãe não tem querer, a mãe tem fazer e esquecer de si mesma...” (Relato 148);

“... como é possível equilibrar todas essas partes de que sou feita?...” (Relato 168);

“... Sinto que tem horas que preciso optar por ser o eu "mulher" ou o eu "mãe". Na maioria das vezes o "eu mulher" perde...” (Relato 179).

Estes recortes de relatos são retratos da disjunção entre “ser mulher” e “ser mãe”, que evidenciam a distância existente entre essas duas posições. Nessa conta, o “ser mãe” pode encontrar solução para a sua falta no nascimento do filho, porém, o “ser mulher” não se resolve de forma inteira e completa a partir do seu bebê, revelando um outro desejo, o qual não é comportado e satisfeito pela simples presença do filho.

Como já discutido, o discurso cultural tem forte impacto a respeito do que é ser mãe, influenciando diretamente na decisão de muitas mulheres em ter ou não filhos. O discurso maternalista, por exemplo, ao relacionar a maternidade a um modelo específico e único a ser seguido, coloca as mulheres frente a um conflito: as que são mães questionam seu modo de maternar quando não conseguem dedicar o tempo que gostariam aos filhos e, àquelas que têm na maternidade uma possibilidade, por vezes, se sentem desestimuladas a ocupar esse lugar em função de tudo que engloba tornar-se mãe. Essa visão totalizante sobre ser mãe produz nas mulheres efeitos, sentimentos, sofrimentos e conflitos das mais variadas ordens.

Encontramos nos ditos das mulheres que responderam à pesquisa como é doloroso para uma mulher construir-se como mãe, bem como assumir, muitas vezes sozinha, os encargos da sua maternidade. A ausência da percepção do outro de que ser mulher e ser mãe é algo que não encontra definição nos manuais ou prescrições sociais e culturais pode levá-la a um estado de sofrimento psíquico, carregado de culpa e angústia intensa. Ao mesmo tempo em que há uma tendência em colocar a mulher que é mãe em uma posição de saber abaixo do saber do especialista, exige-se dela que ela saiba, imediatamente após o nascimento, cuidar do seu bebê. Caso a mulher recém-parida não apresente tal aptidão para cuidar do bebê - fato que comprova a inexistência do amor materno inato e demonstra que a relação entre mãe e filho é contingente - passa-se a questionar se não está se instalando ali alguma forma de adoecimento psíquico,

designado nos manuais de psiquiatria, como depressão pós-parto, psicose puerperal, *baby blues*, entre outros.

Quando a mulher ganha espaço para ser escutada enquanto sujeito é possível ter acesso a sua verdade, a qual nos afasta dos clichês universais da maternidade, compreendendo que o que há são maternidades e que a experiência do vir-a-ser mãe convoca o inconsciente de cada mulher. Ou seja, a maternidade ultrapassa a biologia, a reprodução e manutenção da espécie, a procriação e a gestação, demarcando que o desejo de ter um filho tem sentidos diferentes para diferentes mulheres.

A partir dos relatos há um reconhecimento de que a maternidade romanceada não é a real e que, com frequência, a mulher é engolida pela mãe, não restando espaço para ela ser sujeito. É em função disso que devemos nos interrogar: “o que cabe no desejo da mulher que é mãe?”, investigando as modulações do desejo feminino e suas particularidades, as quais só têm sentido no um a um.

5.5 Que mulher existe no laço social? A (im)possibilidade de ser sujeito.

“... O papel de mulher fica de lado, sinto falta de me sentir novamente como uma mulher que se arruma , que se cuida...” (Relato 18);

“... Mas como mulher tem sido um horror. Em casa o costume é não me arrumar. Pijamão, cabelos sem tratamento e brancos, alimentação exagerada em alguns períodos mais críticos, excesso de trabalho (doméstico e profissional) tenho conseguido manter a depilação da axila... ou seja, acho que não tem ido muito bem como mulher...” (Relato 131);

“... e como mulher acabei me abandonando, o que é bastante negativo...” (Relato 164);

“... E como mulher me vejo longe de ter vontade de me cuidar ou me sentir feminina...” (Relato 277);

“... Literalmente não tenho tempo pra mim, como mulher já não sei mais o que é ter que me cuidar, tirar um tempo para mim...” (Relato 298).

O que existe no discurso social - para além da maternidade - que revela o que é “ser mulher”? Foram diversos os relatos, conforme demonstrado acima, que quando se referiam ao ser mulher trouxeram aspectos voltados à estética e à vaidade, principalmente vinculados à ideia de que para que a mulher possa se sentir uma “mulher de verdade” é necessário que o seu corpo esteja de acordo com os padrões estabelecidos socialmente e adequado a uma série de exigências que são divulgadas em massa pelos meios de comunicação.

As questões estéticas fazem parte da construção social e dos discursos vigentes que, muitas vezes, dita o que é belo e o que é feio impactando na forma com que homens e mulheres se relacionam com o próprio corpo: *“Além disso tudo, algo me incomoda demais: estou muito fora do meu peso ideal! E estando em casa o dia todo, eu como o dia todo, sem regras, sem horários... É uma fuga minha, pois sinto um acolhimento imediato comendo... que passa logo quando me olho no espelho ou subo na balança!”* (Relato 79).

Como refere Novaes (2006, p. 32), “os corpos são produzidos pelas sociedades em uma dialética sujeito/cultura. (...) A experiência do corpo é sempre modificada pela experiência da cultura”. Quando observamos o cenário social atual, é de fácil percepção a existência de um movimento em busca de um ideal de perfeição estética fundamentado em um culto ao corpo belo e perfeito. Uma das participantes, ao referir às mudanças que estão acontecendo no seu corpo durante o período de isolamento social, apresenta uma série de soluções utilizadas anteriormente para a manutenção de um corpo magro e jovem: *“não consigo mais tempo/ânimo*

para yoga, dieta e workout. Isso tá afetando um pouco o fato de não dar conta de tudo e ver que o corpo está mudando (engordando/ envelhecendo) o que atrapalha o lado ‘mulher’” (Relato 222). Esse ideal recai sobre as mulheres através da harmonia da tríade “beleza-saúde-juventude” a qual é influenciada, de forma especial, pela mídia, compondo a identidade do corpo das mulheres (Del Priore, 2009) e tornando-se expressão da beleza feminina.

Para Kehl (2000), esse ideal funciona como um Outro no registro imaginário, portanto, é inegável o impacto que tais representações assumem para as mulheres: *“Na parte de ser mulher me sinto com auto estima baixa, sem vontades de muitas coisas, principalmente me arrumar”* (Relato 89). Nesse sentido, Novaes (2006) afirma que *“A imagem da mulher na cultura confunde-se com a da beleza. Este é um dos pontos mais enfatizados no discurso sobre a mulher: ela pode ser bonita, deve ser bonita, do contrário não será totalmente mulher”* (p.85). Isso nos faz pensar que além da maternidade, o lugar social da mulher é marcado também pelas questões estéticas, porém esse lugar só se torna acessível quando a mulher se encaixa no padrão de beleza vigente na época e na cultura em que ela vive, do contrário, ela não é considerada mulher, não existindo enquanto uma. Assim, quando colocamos nas redes sociais a pergunta *“como tem sido ser mulher...?”*, buscando aí uma convocação ao sujeito - para além da maternidade - muitas respostas vão no sentido de mais uma objetualização: ser mulher significando ser bela ao olhar do outro.

Talvez uma das formas pela qual a mulher venha a denunciar o mal-estar dos tempos atuais seja através do seu corpo que subverte o discurso social, ou seja, ao passo em que goza da “liberdade” a respeito dele, torna-se escrava do mesmo, já que para mantê-lo adequado ao que é considerado belo esteticamente é necessário que haja investimento psíquico (Valença, 2003). Esse processo interno de investimento psíquico é afetado por um arsenal midiático a respeito do corpo: *“Cuidar menos de aspectos da nossa estética afeta nossa auto estima, mas tb nos faz refletir sobre o quanto a sociedade exige da mulher e o quanto nos estimula o consumo de bens que não necessitamos verdadeiramente”* (Relato 40). Acerca disso, Carreiro (2005) traz que, não por acaso, existe todo um mercado designado à beleza estética feminina com a finalidade de favorecer a mulher ao alcance desse ideal.

Porém, se tratando de um ideal, entramos no campo da impossibilidade de acesso, e essa dificuldade em manter ou atingir os ideais de feminilidade atuais pode acarretar na mulher doses de angústia, baixa autoestima, ansiedade, medo de exclusão, dentre outros problemas: *“Como mulher, vejo que a vaidade se perdeu um pouco. Como se já não bastasse toda a questão da gestação e ganho de peso, sinto falta de me arrumar, o que levanta a nossa auto estima”* (Relato 219). Ou seja, a partir do momento que o culto ao corpo é evocado e essa mulher não

se enquadra nesse modelo, sua subjetividade é bombardeada por padrões de beleza socialmente construídos (Novaes, 2010).

Fica visível que o modelo de mulher valorizado na contemporaneidade é aquele no qual o feminino é apresentado como objeto para responder ao desejo de um outro. Nessa intersecção, a noção de sujeito mistura-se com a de objeto fazendo com que a existência e a identidade da mulher esteja vinculada pelas vozes da cultura, a todo momento, sempre e somente a partir de imperativos que marcam a constituição subjetiva feminina. A locução verbal “ter que” resume grande parte daquilo que entende-se pelo lugar da mulher: ter que maternar, ter que ser boa mãe, ter que cuidar dos filhos, ter que educar os filhos, ter que alimentá-los - no peito ou não - ter que limpar a casa, ter que estar bonita e magra, ter que estar arrumada, dentre outras demandas que englobam ser ao mesmo tempo mãe, mulher, dona de casa e profissional. É a partir disso que a mulher tem a possibilidade de ser sujeito, atualmente.

6. Considerações Finais

“Existe uma mulher ainda escondida atrás dessa mãe????” (Relato 228).

“... Ser mulher nesse momento acaba ficando em segundo plano. Às vezes, esqueço de mim. Isso é difícil. Várias vezes já me peguei pensando ‘e você fica onde nessa correria toda? Se olhe, se sinta.’...” (Relato 254).

Talvez esse tenha sido o maior interrogante que motivou e delineou este escrito. No título desta pesquisa, afirmei a existência de uma mulher, enquanto sujeito, para além da mãe. Os indícios para tal afirmação, posso dizer, são até mesmo anteriores ao nascimento desta pesquisa. Surgiram e são compostos pelas histórias das mulheres que construíram e fizeram parte da minha história e, por isso, não poderia deixar de homenageá-las: “À mulher além da mãe”.

Marquei a introdução trazendo um trecho de uma fala de Chimamanda Ngozi Adichie (2019): Somos feitos de histórias e “histórias importam”. Apesar desta pesquisa possuir um objetivo geral delineado, o traço primordial se encontrou no interesse em escutar histórias e escrever sobre mulhereS e maternidadeS. A dimensão subjetiva destacada como mola-mestre aqui foi ler significantes, identificar os desejos, compreender as entrelinhas, ouvir o inconsciente, escutar, como dito por Rubem Alves, parafraseando Alberto Caeiro, em seu texto intitulado “Escutatória” (1999): “Não é bastante ter ouvidos para ouvir o que é dito. É preciso também que haja silêncio dentro da alma”. Qual seria, senão esse, o trabalho do pesquisador psicanalítico?

Discutir acerca da maternidade e sua relação com o ser mulher, enquanto sujeito, na linha do tempo, desde a experiência inicial vivenciada por esta pesquisadora no período da Residência Multiprofissional em Saúde até o recebimento e a leitura dos relatos de mulheres que viveram suas maternidades em meio à pandemia da Covid-19, é um trabalho cujo alicerce encontra-se e repousa sobre o próprio nascimento da psicanálise. Sem a mulher a psicanálise existiria? Foi a partir do atendimento das históricas que Freud embasou a sua obra. O que quer uma mulher? Pergunta feita pelo autor e que não pôde ser respondida devido à complexidade desta tarefa, mesmo após anos se dedicando ao aprofundamento do estudo clínico.

Neste trabalho, buscou-se compreender qual o lugar dado à mulher e sua articulação com a maternidade na história, na sociedade e na cultura, bem como reconhecer as bases da psicanálise freudiana, a qual colocava a maternidade como destino da mulher. Ainda, retomou

o que a psicanálise, para além de Freud, tem a dizer sobre a maternidade, partindo de autores e conceitos considerados clássicos. Promoveu um encontro entre as ideias da psicanálise e do movimento feminista, apresentando os diálogos críticos produzidos neste entremeio, desembocando, naquilo que tem se pensado e refletido acerca da maternidade na contemporaneidade. Cabe sinalizar que isso, obviamente, é parte de diversas outras construções acerca do que é ser mulher e mãe, porém foram estes os conceitos e ideias que serviram de subsídio para discutir e analisar os relatos recebidos a partir da pesquisa: “Como tem sido ser mulher e mãe em tempos de pandemia e isolamento social?”

Essa revisão e retomada daquilo que se pensou e se construiu como pensamento atual sobre a mulher e a maternidade elucidou que, na história da humanidade, mulher e mãe são conceitos que foram construídos e, portanto, precisam ser vistos de forma dissociada. O aparato biológico carregado pela mulher foi alvo e foco de justificativa para que, a todas as mulheres, fosse designado o lugar de mãe. Mesmo após indícios e falas explícitas de que ser mulher e gestar não garante o nascimento de uma mãe, seguiu-se (e por vezes, ainda se segue) negando e dando à possibilidade de existência, enquanto sujeito para a mulher, somente quando ela gesta. A ideia de que existe instinto materno segue viva até hoje trazendo, até mesmo para aquelas mulheres que desejam a maternidade, sentimentos de culpa e medo, de falar e verbalizar em voz alta, que maternar não comporta um romance e que qualquer sentimento “não-normativo” é uma ruptura na ordem “natural” das coisas.

Quando se fala em maternidade é necessário assinalar que a dimensão reprodutiva, o determinismo social e imperativo biológico estão distantes da singularidade que diz respeito à trajetória da mulher que vive e constrói a sua forma de maternar. Estabelecer que há uma linearidade ou universalidade em relação ao que é ser mulher e como se dá a construção de uma mãe é provocar sofrimento e produzir sujeitos doentes. Não considerar o contexto social, histórico e cultural em que vive a mulher, bem como o entrecruzamento das questões de gênero, é não sustentar a existência do desejo feminino, resumindo a mulher ao desejo de um outro. É com esse propósito que demarco, mais uma vez, que mulher e maternidade precisam ser lidos no plural, longe de algo da ordem de uma vivência padronizada, e perto da escuta no um a um.

À medida que a mulher conquistou espaços extramuros, antes impensados, através da possibilidade de sair do âmbito privado do lar, mostrou-se necessário o estabelecimento de perguntas como: Culturalmente, ser mulher equivale a procriar? (Badinter, 1985; Meira, 2010; Iaconelli, 2015). A fertilidade está no escopo das oportunidades de se ter um lugar, enquanto sujeito, no grupo social? É compreensível que na época freudiana os referenciais da feminilidade, como casamento e maternidade, eram outros, dado o seu período histórico e sua

delimitação no discurso social. Porém, atualmente, avançou-se no tempo histórico e com isso, esperava-se que tais discursos e visões fossem deixadas no passado.

Os relatos foram soberanos ao constatar o fato de que, assiste-se na contemporaneidade, uma angústia feminina frente ao instável arranjo social que se coloca como parâmetros do que é ser mulher, tornando difícil a tarefa de nomear-se como sujeito, já que é “permitido” optar pela maternidade, mas não ser mãe ainda é uma afronta ao biológico, é possível trabalhar fora, ser uma profissional bem sucedida, mas cabe também à mulher cuidar do lar e dos filhos e, ainda, é preciso estar atenta aos padrões estéticos. O conteúdo dos relatos avançou, ainda, na perspectiva de compreender a maternidade como um evento multifacetado, o qual não sucumbe ao conceito de instinto materno e que sofre ressonâncias da cultura, do tempo e do período histórico no qual se constrói e se vive. Além disso, confirmou-se o descentramento de um saber hegemônico e de uma verdade universal sobre “ser mulher” e “ser mãe” na contemporaneidade.

Ademais, a partir do encontro com os temas presentes nos relatos e, considerando aquilo que saltou aos olhos desta pesquisadora, este trabalho pôs em relevo toda a responsabilidade e sobrecarga que pesa sobre a mulher. O ápice dos encargos da mulher e da mãe foi atingido na pandemia quando, aquelas que puderam, se mantiveram dentro de suas casas, distantes do social e perto o suficiente de suas famílias nucleares, o que provocou uma profusão de sentimentos ambivalentes relatados na pesquisa coletada. Foi nesse momento que, talvez, algumas mulheres puderam colocar em questão a sua própria maternidade. Isso marca, culturalmente, que os ordenamentos sociais, políticos e médicos têm interferência no projeto e no desejo de mulheres em relação à maternidade. Ao menos, hoje é possível questionar-se sobre ela, porém, logo em seguida, surge na mente das mulheres que realizam tal exercício, a constatação de que esse tipo de pensamento não corresponde às exigências do discurso social, inaugurando novamente, um hiato entre o seu desejo enquanto mulher e o desejo de tantos outros que compõe o social e a cultura.

De forma bastante explícita os relatos mostraram que o contexto da pandemia foi um marcador importante nas análises realizadas. Talvez muitas das mulheres que responderam à pesquisa já tivessem presente em suas rotinas uma dupla função ou uma tripla jornada de trabalho, porém a pandemia inaugurou um novo cenário, somando mais uma demanda à vida dessas mulheres e mães. Não se pode negar que a crise sanitária, econômica, política e social provocada pelo contexto pandêmico não atinge apenas as mulheres, porém, é fato também que tal crise afeta de maneira mais substancial alguns grupos específicos, como é o caso do público deste estudo.

A intensidade no convívio familiar, a falta de espaços de privacidade dentro de casa, o trabalho doméstico, o trabalho remoto, marcado pela sensação de estar conectado 24 horas por dia, sendo exigida uma produção competitiva e constante, o cuidado dos filhos em tempo integral, a preocupação com a contaminação de familiares (filhos adultos, mãe, pai, avós...), o *homeschooling*, a gestão do tempo-espaço, o autocuidado foram pontos de uma vivência agudizante para muitas das mulheres que são mães e que responderam à pesquisa. Tudo isso somado à carga emocional e aos sentimentos de medo, angústia, incerteza, insuficiência e culpa.

Esses tempos difíceis e de crise nos colocam a pensar que os filhos, a casa, as relações, a família e o trabalho podem ser tanto fator de risco quanto fator de proteção à saúde mental. Além disso, mostram que reflexões como a sobrecarga das mulheres que são mães, os papéis de gênero, o lugar da mulher na sociedade e na cultura são pontos de discussão emergentes no processo de repensar o lugar cronificado destinado às mulheres.

Mais uma vez, é necessário colocar que esta pesquisa não tem o intuito de generalizar e universalizar as vivências relatadas, por isso, é importante demarcar que tais análises apresentadas dizem respeito a um recorte de um período da história de mulheres que são mães. Porém, enquanto pesquisadora, acredito que a pandemia tenha colocado uma lente de aumento em diversas questões tensionando e escancarando a existência das mesmas. É a partir do invisível descortinado que novas possibilidades de pensar sobre ser mulher e mãe vão se construindo.

Apesar da dificuldade que existe em desvencilhar-se desse lugar único e dado como correto para que a mulher ocupe, acredito, embasada nos relatos, que há sim, em muitas mulheres, algo a mais, que ancora o feminino e que não se conforma à tarefa de ser companheira e mãe de fulano ou sicrano. Isso não significa dizer que não há mulheres que se realizam pessoalmente enquanto mães, mas significa assinalar que, ainda essas, podem desejar para além da maternidade, demarcando que ser mulher na contemporaneidade requer invenção.

7. Referências Bibliográficas

- Adichie, C. N. (2019). *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J., Gallo-Belluzzo, S. R., Visintin, C. D. N. (2020). Maternidade e sofrimento social em tempos de COVID-19: estudo de Mommy Blogs. *Scielo preprints*.
- Alves, R. (1999). *O amor que acende a lua*. 8ª edição. Ed: Papirus. 214 p.
- Arteiro, I. L. (2017). *A mulher e a maternidade: um exercício de reinvenção*. [tese de doutorado, Universidade Católica de Pernambuco: Recife].
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Badinter, E. (2011). *O conflito entre a mulher e a mãe*. Tradução de Véra Lúcia dos Reis Rio de Janeiro: Editora Record.
- Barbosa, P. Z. & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, 19(1), 163-185. Recuperado em 16 de agosto de 2021. Acesso em : http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000100012&lng=pt&tlng=pt
- Beauvoir, S. (2000). *O Segundo Sexo. Fatos e Mitos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1949).
- Birman, J. (1994). *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bruns, M. T. A & Almeida, S., (2010). *Sexualidade: preconceito, tabus, mitos e curiosidades* (2ª ed.). Campinas, SP: Átomo.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990).
- Bydlowski, M. (1997). Transparence psychique due à la grossesse. Attraction par l'objet interne. In: *La Dette de Vie: itinéraire psychanalytique de la maternité*. Paris: Puf, 2002, 4 ed.
- Canavês, F., Farias, C. P., Luczinski, G. F. (2021). A pandemia de Covid-19 narrada por mulheres: o que dizem as profissionais de saúde? *Revista Saúde debate* 45 (spe1).
- Caon, J. L. (1994). O pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica de pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 7 (2).

- Caon, J. L. (2000). Retrato, auto-retrato e construção metapsicológica de Serguéi Constantinovitch Pankejeff, o "Homem dos lobos". *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, 13(140/141), 22-44
- Carreiro, T. C. (2005). Corpo e contemporaneidade. *Psicologia em Revista*, 11(17), 62-76.
- Castro, M. G., Carvalho, A. M. A., Moreira, L. V. C. (Org.). (2012). *Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos*. Salvador: EDUFBA, 349 p.
- Chodorow, N. (1990). *Psicanálise da Maternidade: Uma Crítica a Freud a Partir da Mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, CLT.
- Correia, M. J. & Leal, I., (1989). Primiparidade tardia: Estudo exploratório. *Revista Arquivos da Maternidade Dr. Alfredo da Costa*, 1, 52-55.
- Cossi, R. K. (2019). Luce Irigaray e a Psicanálise: uma crítica feminista. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(2), 2019, 319-337.
- Costa, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In H. P. Melo, A. Piscitelli, S. W. Maluf; V. L. Puga (Eds.), *Olhares feministas* (pp. 51-82). Brasília, DF: Ministério da Educação/ UNESCO, 2007.
- Costa, A., & Poli, M. C. (2006). Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em Psicanálise. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, 19 (188), 14-21.
- Colares, S. C. S., & Martins, R. P. M. (2016). Maternidade: uma construção social além do desejo. *Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde*, 6(1).
- Couto, M. P. & Mattos, C. P., (2015). Quais os impasses para a criança se inscrever no outro hoje? [Versão Eletrônica]. *Curinga*, 40, 145-161.
- D'Agord, M. R. L. (2000). *Processos inconscientes em situações construtivistas de aprendizagem*. [tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul].
- Dal Forno, C. (2017). A pesquisa psicanalítica sustentada em três pilares fundamentais. *II Encontro Internacional do GT (ANPEPP) Psicanálise, Subjetividade e Cultura Contemporânea*.
- Del Priore, M. (2009). *Corpo a corpo com a mulher. Pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil* (2a ed.). São Paulo: SENAC São Paulo.
- Diniz, D. (2020). Reportagem "Mundo pós-pandemia terá valores feministas no vocabulário comum, diz antropóloga Débora Diniz". Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/mundo-pos-pandemia->

[tera-valores-feministas-no-vocabulario-comum-diz-antropologa-debora-diniz.shtml](#). Acesso em: 04 de novembro de 2021

- Dockhorn, C. N. B. F. & Macedo, M. M. K. (2015). Estratégia Clínico-Interpretativa: Um Recurso à Pesquisa Psicanalítica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(4), 529-535.
- Donath, O. (2017). *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade*. Trad. de Vargas, Marina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Dunker, C. (2013). Uma aula clínica. Prefácio. In: Moretto, M.L.T. O que pode um analista no hospital? São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 13-17.
- Favaro, C. (2007). Mulher e Família: Um Binômio (quase) Inseparável. In: Strey, M.N.; Neto, J.A.S. & Horta, R.L. (org), *Família e Gênero*, Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Fernandes, M. H. *A mulher-elástico*. 2005. Disponível em: http://www.estadosgerais.org/encontro/IV/PT/trabalhos/Maria_Helena_Fernandes.pdf. Acesso em: 08 abr. 2007.
- Ferrand, M. e Langevin, A. De l'origine de l'oppression des femmes aux "fondements" des rapports sociaux de sexe. In: Battagliola *et al.* (org.) *A propos des rapports sociaux/ parcours épistémologiques*. Paris, Centre Sociologie Urbaine/CNRS, 1990, pp.17-76.
- Ferrari, A. G., Piccinini, C. A., Lopes, R. C. S. (2013). Atualização do Complexo de Édipo na relação com o bebê: evidências a partir de um estudo de caso. *Estud. psicol.* (Campinas) [online]. 2013, vol.30, n.2, pp.239-248. ISSN 0103-166X.
- Forna, A. (1999). *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v IV. Rio de Janeiro, Imago. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (1996) Três ensaios sobre a sexualidade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (1996). Duas Histórias Clínicas (o “Pequeno Hans” e o “Homem dos Ratos”, v. X. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1909).
- Freud, S. (1996). A Organização Genital Infantil (Uma interpolação na teoria da sexualidade). In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).

- Freud, S. (1996). A dissolução do complexo de Édipo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro, Imago. (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (1996). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925).
- Freud, S. (1996). Análise leiga. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XX. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1926).
- Freud, S. (2020). Uma vivência religiosa. In S. Freud, *Cultura, sociedade e religião: o mal-estar na cultura e outros escritos* (Obras incompletas de Sigmund Freud, pp. 318-319). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1928).
- Freud, S. (1976). O mal-estar na civilização. In *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos* (edição standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI (pp. 75-174). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1930).
- Freud, S. (1996). Sexualidade feminina. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1931).
- Freud, S. (1996). Feminilidade. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1932).
- Hilferding, M. (1911). Reunião de 11 de janeiro de 1911. Ata da sociedade psicanalítica de Viena. In: Hilferding, M., Pinheiro, T., & Vianna, H. B. (1991). *As bases do amor materno*. São Paulo, SP: Escuta.
- Iaconelli, V. (2015). *Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna*. São Paulo: Annablume.
- Iaconelli, V. (2019). *Criar filhos no século XXI*. São Paulo: Contexto.
- Iribarry, I. N. (2003). O que é a Pesquisa Psicanalítica? *Ágora - Estudos em Teoria Psicanalítica*, 6(1), 115-138.
- Irigaray, L. (1985). *Speculum of the Other Woman* (G. C. Gill, Trad.) Ithaca: Cornell University Press. (Trabalho original publicado em 1974).
- Kehl, M. R. (1998). *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago.

- Kehl, M. R. (2000). Televisão e violência do imaginário. In E. Bucci (Org.). *A TV aos 50: Criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário* (pp.133-151). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Lago, M. C. S. (2012). *A Psicanálise nas ondas dos feminismos*. Recuperado em 30 de setembro, 2020, de <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1350>
- Langer, M. (1981). Maternidade e sexo. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Larrosa, J. (2015). *Tremores*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lipovetsky, G. (2000). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Tradução Maria Lucia Machado – São Paulo: Companhia das Letras.
- Lispector, C. (1964). *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco.
- Mansur, L. H. B., (2003). Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural [Versão Eletrônica]. *Psicologia, ciência e profissão*, 23(4) 2-11.
- Meira, A. C. Dos impasses da maternidade a uma verdade indizível: uma leitura psicanalítica sobre a feminilidade. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- Merhy, Emerson Elias (2005). *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec.
- Moraes, L. L., (2010). Maternidade: o sonho de toda mulher? Anais do VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero. Acesso em 10 de janeiro de 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000300011.
- Moura, S. M. S. R., Araújo, M. F. (2004) A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*. 24(1), 44 – 55.
- National Health Commission of the People's Republic of China (2020). New coronavirus cases rise to 571 in Chinese mainland [Internet]. China. Recuperado em maio de 2020, de http://en.nhc.gov.cn/2020-01/23/c_76004.htm.
- Neder, M. (2016) *Os filhos da mãe: como viver a maternidade sem culpa e sem o mito da perfeição*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Neri, A. L. (2014). Palavras-chave em gerontologia. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Novaes, J. V. (2006). *O intolerável peso da feiura. Sobre as mulheres e seus corpos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Garamond.
- Novaes, J. V. (2010). *Com que corpo eu vou? Sociabilidade e usos do corpo nas mulheres das camadas altas e populares*. Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio: Pallas.

- Nunes, S. A., (2011). Afinal, o que querem as mulheres? Maternidade e mal-estar. *Psicologia Clínica*, 23(2), 101-115. Acesso em 10 de janeiro de 2022. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v23n2/07v23n2.pdf>
- Pinsky, C. B. (2015). Mulheres dos Anos Dourados. In.: Del Priore, M.. *História das mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2003). O papel de homens e mulheres na família: podemos falar em reestruturação? *Psicologia Clínica*, 15(2), 93-107.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2004). Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. *Temas em Psicologia*, 12(1), 2-17.
- Salazar, V. (2019). Estudo da maternidade em mulheres cientistas profissionais de camadas médias, no Norte do Brasil. *Wamon-Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM*, 4(2), 89-102.
- Scavone, L. (2001). Maternidade e feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos pagu* (16) pp.137-150.
- Schiebinger, L. (1991). *Le mind has no sex, women in the origins of modern science*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Schulte, A. A. (2016). Maternidade contemporânea como sofrimento social em blogs brasileiros. [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas].
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez
- Silva, Marcus Vinicius Neto; Santo, Érica Silva Espírito (2015). A história das primeiras mulheres psicanalistas do início do século XX. *História, histórias*. Brasília, vol. 3, n. 6.
- Silva, M. R.; Ferrari, A. G.; Copatti, A. L.; Howell, A. G. (2020). Pesquisa: *Maternidades: narrativas de mulheres que são mães em tempos de pandemia e isolamento social*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre.
- Silva, M. R., Gabriel, M. R., Cherer, E. Q. & Piccinini, C. A. (2017). Os conceitos de envolvimento e experiência nos estudos sobre paternidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 69(3), 116-132. Recuperado em 16 de agosto de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000300009&lng=pt&tlng=pt.
- Soifer, R. (1980). *Psicologia da gravidez, parto e puerpério* Porto Alegre: Artes Médicas.

- Stern, D. (1997). *A constelação da maternidade: o panorama da psicoterapia pais-bebê* (M. V. A. Veronese, trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Szejer M, Stewart R. (1997). *Nove meses na vida da mulher: uma abordagem psicanalítica da gravidez ao nascimento*. Traduzido por Maria Nurymar Brandao Benetti. Sao Paulo: Casa do Psicólogo.
- Teperman, D. (2015). Prefácio. In: Iaconelli, Vera. *Mal-estar da maternidade: do infanticídio à função materna*. São Paulo: Annablume.
- Teperman, D. Garrafa, T. Iaconelli, V (2020). *Parentalidade*. São Paulo: Grupo Autêntica.
- Valença, M. C. A. (2003). *A feminilidade em Freud e na contemporaneidade: repercussões e impasses*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco, Recife. 147 f.
- Winnicott, D. W. (1983). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In Winnicott, D. W. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 38-54). Tradução Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre, Artmed. (Texto original publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (1990). A natureza humana. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1988).
- Winnicott, D. W. (1993). *Textos Selecionados da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Winnicott, D. W. (1994). *Os bebês e suas mães*. Tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica e tradução da introdução Maria Helena Souza Patto. São Paulo: Martins Fontes. (Texto original publicado em 1987).
- Winnicott, D. W. (1994). *Explorações Psicanalíticas*. Em C. Winnicott, R. Sheperd & M. Davis (Orgs.). Trad. Jose Octavio de Aguiar Abreu. Porto Alegre: Artmed. (Texto original publicado em 1989).
- Winnicott, D. W. (2000). A preocupação materna primária. In: Winnicott, D. W. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas* (pp. 399-405). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1956).
- Zalcborg, M., (2017). O que leva algumas mulheres a se arrependerem de ter filhos? [Versão Eletrônica]. *Opção Lacaniana*, 8 (22), 1-5.

8. ANEXOS

8.1. Anexo A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Este é um convite para você participar da pesquisa “**Maternidades: narrativas de mulheres que são mães em tempos de pandemia e isolamento social**”, sob a responsabilidade das professoras Dra. Milena da Rosa Silva e Dra. Andrea Gabriela Ferrari, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Essa pesquisa pretende refletir sobre parentalidades e maternidades no contexto da pandemia de COVID-19, a partir das narrativas de mulheres que são mães. A participação na pesquisa consiste apenas na escrita de um relato, no formato que você desejar, sobre como tem sido ser mulher e mãe em tempos de confinamento.

Caso você deseje participar da pesquisa, esclarecemos que: a) você pode deixar de participar da pesquisa a qualquer momento e não precisa apresentar justificativas para isso; b) sua identidade será mantida em sigilo; c) caso você queira, poderá ser informada(o) de todos os resultados obtidos com a pesquisa.

Entendemos que esta pesquisa apresenta risco mínimo a você, uma vez que você está sendo convidada a escrever, da forma como quiser, sobre suas experiências como mulher e mãe no contexto de pandemia e isolamento social. Trata-se de um tema sensível, pois é um contexto de muitas angústias, medo, incertezas... Contudo, não faremos perguntas invasivas, nem insistiremos em uma reflexão. Oferecemos um convite e uma pergunta aberta. Consideramos que escrever de forma livre em formato de relato ou diário favorece a vazão de sentimentos, podendo ser visto como um benefício da pesquisa. Ainda assim, é possível que sentimentos difíceis de tolerar sejam mobilizados. Caso você necessite, após enviar seu relato, você poderá entrar em contato com as pesquisadoras para um possível acolhimento e/ou escuta, através do nepis.ufrgs@gmail.com. Assim, não se espera que esta pesquisa lhe produza nenhum dano. Se isso ocorrer, você terá direito a solicitar indenização através de vias judiciais e/ou extrajudiciais.

Esse Projeto foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cujo endereço é Rua Ramiro

Barcelos, 2600, Porto Alegre – RS, Cep 90035-003. E-mail: cep-psico@ufrgs.br. Os relatos serão armazenados em arquivo digital pelas pesquisadoras na sala 234 do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, conforme preconiza a Resolução 196/96, as informações coletadas serão guardadas pelo período mínimo de cinco anos. O Instituto citado está localizado na Rua Ramiro Barcelos, 2600, Porto Alegre – RS.

Você, participante da pesquisa, tem a garantia de tomar conhecimento e obter informações, a qualquer tempo, dos procedimentos e métodos utilizados nesta pesquisa, bem como dos resultados finais. Para isso, sugerimos que você salve ou imprima este termo, a fim de guardar os contatos das pesquisadoras.

Nós, pesquisadoras, ao buscar refletir sobre as questões relacionadas a ser mulher e mãe em tempos de pandemia, assumimos o compromisso de divulgar os resultados dessa pesquisa - mantendo total sigilo sobre as participantes. Da mesma forma em que iremos nos utilizar das redes sociais para acessar e convidar mulheres que são mães a responder essa pesquisa, consideramos que tais redes são possíveis canais de comunicação e devolução dos resultados finais, não só às participantes, bem como a população que tem acesso a tais meios, respondendo a Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso IV.

Com forma de retorno direto a você participante da pesquisa, ao concluir seu relato e antes de enviá-lo, você poderá inserir no campo "contato" (não obrigatório) um endereço de e-mail para que ao final deste estudo possamos lhe enviar um documento correspondente aos dados obtidos a partir dos relatos recebidos.

Assim, ao assinalar a opção "aceito participar" você concorda e declara que compreendeu o objetivo da pesquisa.

8.2 Anexo B

Parecer Consubstanciado do CEP

UFRGS - INSTITUTO
DE PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Maternidades: narrativas de mulheres que são mães em tempos de pandemia e isolamento social

Pesquisador: Milena da Rosa Silva

Área Temática: A critério do CEP

Versão: 2

CAAE: 32369420.8.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.108.656

Apresentação do Projeto:

O projeto consiste em uma pesquisa psicanalítica, o que implica em que a transferência, a escuta e o desejo do pesquisador sejam admitidos como motores da pesquisa. A pesquisa psicanalítica permite a utilização de diferentes procedimentos, levando em conta a singularidade do pesquisador e de seu objeto de estudo. A análise, por sua vez, parte necessariamente da crença no inconsciente e toma a transferência - seja com o participante seja com o material da pesquisa - como central. O estudo coloca um desafio ao pesquisador psicanalista: trabalhar com textos produzidos por outrem, fora do contexto de uma análise ou situação clínica. A partir das redes sociais virtuais (Instagram, Facebook, Whatsapp) serão convidadas mulheres que são mães a partilharem um relato de suas experiências acerca da readaptação parental em função do isolamento social causado pela pandemia de COVID-19. O convite realizado nas redes sociais terá a chamada: "Como tem sido ser mulher e mãe em tempos de confinamento? Gostaríamos de ler o seu relato sobre sua experiência em ser mulher e mãe nestes tempos de pandemia. Caso sinta vontade de escrever sobre sua experiência atual, clique no link abaixo e responda a pergunta através de um pequeno relato, ao estilo de um diário". A participação na pesquisa será feita através da plataforma de formulários google. Nesta plataforma, aparecerá o texto do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após o aceite, estará a pergunta: "Como tem sido ser mulher e mãe em tempos de confinamento?". Os relatos enviados em formato de diário serão registrados no mesmo formulário e a análise seguirá os seguintes passos: 1. Leitura e releitura dos dados,

apontamento de ideias iniciais; 2. Codificação das características dos dados de forma sistemática em todo o conjunto de dados, e coleta de dados relevantes para cada código, gerando uma codificação inicial; 3. Agrupamento de códigos em temas potenciais, reunindo todos os dados relevantes para cada tema potencial; 4. Geração de um “mapa temática de análise”; 5. Nova análise para refinar as especificidades de cada tema, e a história geral contada pela análise; geração de definições e nomes claros para cada tema; e 6. Seleção de exemplos vívidos e convincentes do extrato, análise final dos extratos selecionados, relação entre análise, questão da pesquisa e literatura, produzindo um relatório acadêmico da análise. A interpretação dos relatos será realizada a partir da análise temática de acordo com Braun e Clarke (2006), caracterizando-se pela liberdade teórica, apresentando-se como uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, oportunizando um conjunto de dados rico e detalhado, apesar de complexo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Essa pesquisa visa refletir sobre maternidades em contexto pandêmico, o qual é caracterizado pelo isolamento social e reclusão das famílias em suas casas, a partir da narrativas de mulheres que são mães.

Objetivos Secundários:

- * Dar espaço para que as experiências e possíveis angústias destas mulheres tenham uma inscrição, tendo em vista os números das recentes pesquisas que indicam sobrecargas vividas em decorrência dos cuidados com os filhos, trabalho, casa;
- * Refletir sobre as parentalidades/maternidades permeadas pelas questões de gênero, cuidado com os filhos, compartilhamento de tarefas e trabalho.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: O presente estudo apresenta os riscos mínimos às participantes, uma vez que elas serão convidadas a escrever, da forma como quiserem, sobre suas experiências como mulher e mãe no contexto de pandemia e isolamento social. Por tratar-se de um tema sensível, não serão feitas perguntas invasivas, sendo oferecido um convite e uma pergunta aberta. Ainda assim, são apresentados riscos como, no ato de refletir sobre tal questão e pôr-se a escrever, a mobilização de sentimentos difíceis e desconforto. Em função disso, o grupo de pesquisadoras estará à disposição para acolher participantes que se sintam mobilizadas e questões são apresentadas no TCLE.

Benefícios: São colocados como benefícios a potência da escrita como exercício de elaboração, ou ao menos evacuação de angústias ou catarse. Ainda é apontado como benefício a possibilidade de receber um testemunho, alguém que acolha e de alguma forma valide a experiência narrada. Indiretamente, entende-se que os resultados contribuem para o reconhecimento do sofrimento como um dos elementos da constituição do trauma.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta adequação teórico-metodológica e respeita todos os aspectos éticos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE explica os procedimentos de forma nítida e está organizado de forma adequada. Pesquisadoras adotaram as recomendações sugeridas estando o TCLE de acordo com as especificidades éticas exigidas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está em condições de ser aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Recomendamos a todos os pesquisadores do Instituto de Psicologia que avaliem os seus projetos de pesquisa em andamento e considerem os impactos da COVID-19 na continuidade de sua realização. Apesar de não se aplicar a este projeto especificamente, esta recomendação se aplica a todos os projetos de pesquisa. Devem ser avaliadas as situações de interação pessoal em coletas de dados e outras situações decorrentes da realização dos estudos.

Caso necessite de uma consultoria, o CEP do Instituto de Psicologia fica à disposição para discutir cada situação de forma pontual.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1559941.pdf	23/06/2020 15:42:13		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Maternidade_COVID_reformulado.pdf	23/06/2020 15:41:51	Milena da Rosa Silva	Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	23/06/2020 15:41:06	Milena da Rosa Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_reformulado.pdf	23/06/2020 15:40:44	Milena da Rosa Silva	Aceito
Parecer Anterior	Parecer_Compesq.pdf	25/05/2020 11:00:00	Milena da Rosa Silva	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	21/05/2020 09:54:05	Milena da Rosa Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 24 de
Junho de 2020

Assinado por:
Oriana Holsbach Hadler
(Coordenador(a))